

Relatório Anual 2024



NAÇÕES UNIDAS
BRASIL



Relatório Anual 2024



Contruindo o
Nosso Futuro
Juntos

Sumário

APRESENTAÇÃO	3
A ONU NO BRASIL	4
Equipe de País	4
CONTEXTO	5
BRASIL EM NÚMEROS	5
INDICADORES DE RESULTADOS	6
RETROSPECTIVA	8
HISTÓRIAS	9
MARCO DE COOPERAÇÃO 2023-2027	14
PANORAMA DE IMPLEMENTAÇÃO 2024	15
Eixo 1	19
Transformação Econômica para o Desenvolvimento Sustentável	
Eixo 2	24
Inclusão social para o desenvolvimento sustentável	
Eixo 3	29
Meio ambiente e mudança do clima para o desenvolvimento sustentável	
Eixo 4	34
Governança e capacidades institucionais	
Eixo 5	39
Relação das ações humanitárias e de desenvolvimento sustentável	
COOPERAÇÃO SUL-SUL E TRILATERAL	44
FINANCIAMENTO E PARCERIAS	45
Parceiros	45
Maiores Doadores	46
Programas Conjuntos	47
Panorama Financeiro de 2024	49
Financiamento para o desenvolvimento	53
Efetividade e Eficiência	54
CENÁRIO 2025	55
Prioridades globais	55
Prioridades nacionais	55

Apresentação

Este relatório apresenta os resultados de um ano de avanços estratégicos da ONU no Brasil. Por meio de um planejamento integrado e de investimentos catalisadores, o Sistema das Nações Unidas, com suas 24 agências especializadas, fundos e programas, trabalhou lado a lado com o Estado brasileiro e com os três níveis de governo para impulsionar o desenvolvimento sustentável, com ainda mais cuidado com as pessoas e o meio ambiente.

Mantendo sua trajetória de retomada do papel de liderança nos espaços de debates multilaterais, o Brasil conduziu com muito empenho e habilidade as discussões do G20, o grupo que reúne as maiores economias do mundo. Já no estabelecimento das prioridades de trabalho do ano, a presidência brasileira deu o tom do que seriam as negociações: inclusão social e combate à fome e à pobreza; desenvolvimento sustentável, transições energéticas e ação climática; e reforma das instituições de governança global.

Todos os temas selecionados dialogam diretamente com os maiores desafios enfrentados coletivamente pela humanidade. Isso colocou a ONU em posição estratégica para apoiar a fase preparatória dos debates, a mobilização dos países em torno de consensos e os acordos atingidos durante a Cúpula de Líderes, realizada no Rio de Janeiro. O Sistema das Nações Unidas segue trabalhando com o Brasil e os demais países para que esses compromissos sejam mantidos e efetivamente saiam do papel, como é o caso da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que conta com o engajamento de 14 entidades da ONU.

A dedicação do Brasil em levar adiante essas pautas esteve alicerçada não apenas em seu alinhamento com essas temáticas, mas também em necessidades tangíveis. O país enfrentou simultaneamente duas severas crises relacionadas ao clima, com impactos enormes no meio ambiente, nos negócios, na agricultura e, sobretudo, nas pessoas. As enchentes que afligiram quase a totalidade do estado do Rio Grande do Sul e as fortes secas e queimadas em vários pontos do país foram um choque de realidade sobre a urgência da crise climática.

Como sempre, a ONU estava pronta para ajudar. No caso do Rio Grande do Sul, a ONU acionou os mecanismos já estabelecidos em nosso Marco de Cooperação em apoio a todos os níveis de governo – federal, estadual e municipal – no planejamento da resposta à emergência no estado, organizada em três fases: a resposta humanitária mais imediata, a avaliação das necessidades e os esforços de recuperação e reconstrução. Desde então, 13 entidades da ONU contribuíram com a resposta, incluindo a realização de uma Avaliação de Perdas e Danos (DaLA) abrangente, cujo relatório final estimou um impacto econômico de R\$ 88,9 bilhões e a perda de 432.000 empregos, mas com a indicação de que a intervenção oportuna do setor público evitou uma perda de 1,1 ponto percentual no PIB do estado.

Todas essas ações foram implementadas concomitantemente à execução do plano de trabalho do ano, que partiu dos cinco eixos estratégicos do Marco de Cooperação e estabeleceu dez prioridades para 2024.

Com isso, a ONU investiu US\$ 155 milhões e realizou 351 iniciativas ao longo do ano, sendo que 208 delas tiveram alcance nacional.

Além disso, mobilizamos 13 milhões de dólares canadenses para o Fundo Brasil-ONU para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, que serão aplicados ao longo de 2025 e 2026 em projetos de sustentabilidade na região amazônica. Apoiamos, ainda, o detalhamento das metas do novo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável adotado pelo Brasil, o ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial.

Os impactos dessas e de muitas outras ações realizadas pelo Sistema ONU ao longo de 2024 estão descritos neste relatório, que destaca os principais dados do nosso trabalho e os indicadores de resultados. Trata-se de um documento indispensável para o monitoramento de nossas atividades e para a prestação de contas ao Estado, aos nossos parceiros e à sociedade brasileira.

Encerramos 2024 com a certeza de que os avanços alcançados representaram contribuições substantivas para a população de todas as regiões do país. Estamos preparados para seguir apoiando o Brasil nos grandes desafios de 2025, especialmente a presidência dos BRICS e a COP30, a primeira realizada na Amazônia e que promete ser a COP da ação.

Silvia Rucks

Coordenadora Residente
da ONU no Brasil



A ONU no Brasil

Equipe de País

O Sistema ONU no Brasil conta com 24 agências especializadas, fundos e programas, dos quais 22 têm presença física no país e 21 fazem parte do Marco de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. A Equipe de País conta com o apoio do Escritório da Coordenadora Residente (RCO), do Centro de Informação das Nações Unidas (UNIC), do Departamento de Salvaguarda e Segurança das Nações Unidas (UNDSS) e do Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV).

ACNUDH Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

ACNUR Agência da ONU para Refugiados

WB Banco Mundial

CEPAL Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

FAO Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FIDA Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

OIM Organização Internacional para as Migrações

OIT Organização Internacional do Trabalho

OMPI Organização Mundial da Propriedade Intelectual

ONU-Habitat Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

ONU Mulheres Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres

OPAS/OMS Organização Pan-Americana de Saúde/ Organização Mundial da Saúde

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

UIT União Internacional de Telecomunicações

UNAIDS Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS

UNDRR Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNFPA Fundo de População das Nações Unidas

UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNIDO Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

UNODC Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

UNOPS Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos

WFP Programa Mundial de Alimentos



Contexto

O ano de 2024 foi marcado pela liderança do Brasil nas grandes negociações internacionais no âmbito do G20. Com prioridades ambiciosas e vinculadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o grupo que reúne as maiores economias do mundo chegou a consensos sobre temas que desafiam os mecanismos de diálogo multilateral: inclusão social e combate à fome e à pobreza; desenvolvimento sustentável, transições energéticas e ação climática; e reforma das instituições de governança global.

Enquanto as reuniões do G20 se desenrolavam, o Brasil se deparou com os efeitos devastadores da mudança do clima. No Rio Grande do Sul, chuvas de intensidade inédita colocaram o estado em situação de emergência, com milhares de pessoas desabrigadas e consequências desastrosas para a economia, os bens e serviços públicos e para as vidas das pessoas. No outro extremo do país, a seca e as queimadas levaram destruição para ambientes naturais, plantações, vilas e cidades.

Os enormes desafios que essas situações extremas impuseram ao Brasil impeliram o país a expandir seus compromissos e sua liderança junto a outros países para que ampliassem sua ambição, não apenas no G20, mas também em outros espaços multilaterais, como a Cúpula do Futuro e a COP29. Em 2025, essa tendência deve se manter, com a presidência brasileira dos BRICS e do Mercosul e a preparação para a COP30, que será realizada pela primeira vez em território amazônico.

Brasil em números

Área

8,5 milhões km²

População

203 milhões

Parda: 45,3%
Branca: 43,5%
Preta: 10,2%
Indígena: 0,6%
Amarela: 0,4%

Urbana: 87,4%
Rural: 12,6%

Inflação (IPCA)

4,83%

7,4 milhões (6,6%)

População desocupada ("desempregada")

Crescimento do PIB 3,4%

PIB per capita R\$

47.802,02

11,7 trilhões

PIB

0,760

89ª posição

IDH (PNUD)



OIM/Joana Berwanger

*Dados disponibilizados pelo IBGE, referentes a 2024 ou ao ano mais recente disponível

Em números

Indicadores de Resultados

1 ERRADICAR A POBREZA



resultado 1.2

27,4% da população brasileira vive abaixo da linha internacional de pobreza (US\$ 6,85 PPC/dia, ou R\$ 665,00/mês)

Pardos – 35,5%
 Pretos – 30,8%
 Brancos - 17,7%

Crianças –
 (0-14 anos) 44,8%
 Idosos –
 (60 anos ou mais) 11,3%

4,4% da população brasileira vive abaixo da linha internacional de extrema pobreza (US\$ 2,15 PPC/dia, ou R\$ 209/mês)

2 ERRADICAR A FOME



resultado 1.2 e 2.1

29,7% da população brasileira vive em insegurança alimentar, sendo 4% em insegurança alimentar grave.

População urbana
 28,5%
 População rural
 37,7%

3 SAÚDE DE QUALIDADE



resultado 2.1

57,7 grávidas morrem a cada 100 mil nascidos vivos

15,5 crianças menores de 5 anos morrem a cada 1000 nascidos vivos

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



resultado 2.1

73,8% dos jovens de 20 a 22 anos concluíram o ensino médio

91% dos jovens de 17 a 19 anos concluíram o ensino fundamental

97,2% dos adolescentes de 13 a 15 anos concluíram os anos iniciais do ensino fundamental

5 IGUALDADE DE GÊNERO



resultado 4.1

Mulheres foram eleitas para 17,7% das cadeiras da Câmara dos Deputados, para 18,5% do Senado Federal (eleições de 2022) e para 18,2% dos assentos das Câmaras Municipais (eleições de 2024)

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



resultado 2.1

97,4% da população utiliza serviços de água potável gerenciados de forma segura





resultado 3.2

49,1% da oferta interna de energia provém de energias renováveis



resultado 1.2

O PIB per capita cresceu 2,2% em 2023



resultado 4.2

92,5% da população está coberta por rede móvel de telefonia, sendo que 33,5% é coberta pela tecnologia 5G



resultado 2.2

21,7% da população vive abaixo de 50% do rendimento mediano mensal domiciliar per capita no Brasil



resultado 2.1

8,1% da população vive em favelas



resultado 1.1

65,63 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos foram coletados em 2021. Destes, 1,52 milhão de toneladas foram recuperadas



resultado 5.1

369,1 pessoas a cada 100 mil habitantes morreram, desapareceram ou foram afetadas por desastres



resultado 3.1

26,3% das áreas marinhas estão protegidas no Brasil



resultado 3.1

59,4% do território nacional é de área florestal



resultado 4.1

20,7 pessoas a cada 100 mil habitantes morrem vítimas de homicídios



resultado 4.2

88% das pessoas de 10 anos ou mais utilizaram a internet nos últimos 3 meses no país

*Dados disponibilizados, em sua maioria, pelo IBGE, referentes a 2024 ou ao ano mais recente disponível.
Dado do ODS 5 disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral e dado do ODS 7 disponibilizado pelo Ministério de Minas e Energia.

Retrospectiva

Dez pontos de destaque do que o Sistema das Nações Unidas alcançou trabalhando de maneira articulada e integrada entre si e com alinhamento às prioridades do país.

1 Enchentes no Rio Grande do Sul

Após enchentes sem precedentes na história do país, que afetaram praticamente todo o território do Rio Grande do Sul, o Sistema ONU atuou lado a lado com os governos federal, estadual e municipais para responder à emergência e apoiar a reconstrução.

2 Secas e queimadas

Em 2024, o Brasil registrou uma seca histórica e um aumento de 79% nas áreas queimadas em relação a 2023. A combinação de seca e queimadas provocou impactos significativos no meio ambiente e na saúde humana e a ONU apoiou as autoridades locais na resposta.

3 Fundo Brasil-ONU para a Amazônia

O Fundo Brasil-ONU para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, que apoia alternativas de inclusão econômica sustentável para pessoas em situação de vulnerabilidade na região, recebeu contribuição de 13 milhões de dólares canadenses (cerca de R\$ 55 milhões) do Governo do Canadá.

4 Contribuição Nacionalmente Determinada

Com apoio das Nações Unidas, o Brasil apresentou a sua terceira NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada) na COP29, com o compromisso de reduzir as emissões de gases do efeito estufa de 59% a 67% até 2035.

5 Missões de alto nível

Realização de mais de 55 missões de autoridades da ONU ao Brasil para renovar e fortalecer iniciativas conjuntas, inclusive a participação da vice-secretária-geral Amina Mohammed e do secretário-geral António Guterres no G20.

6 Apoio ao Y20

Apoio à elaboração da pauta de discussões do grupo de engajamento de jovens no G20, o Y20, e à preparação da delegação de jovens que representou o Brasil no grupo, em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude e com o Conselho Nacional de Juventude.

7 Aliança contra a Fome

Apoio à formação da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza obteve 148 adesões, incluindo 82 países, a União Africana, a União Europeia, nove instituições financeiras internacionais e 14 entidades do Sistema das Nações Unidas

8 Cúpula do Futuro

Além de apoiar a participação brasileira na Cúpula do Futuro, a ONU Brasil realizou uma campanha nacional sobre a Cúpula que alcançou 9 milhões de pessoas em três cidades, além de 900 mil pessoas na versão digital.

9 Adoção do ODS18 – Igualdade Étnico-Racial

Apoio ao grupo de trabalho coordenado pelo Ministério da Igualdade Racial que elaborou metas e indicadores para o acompanhamento e a implementação do ODS 18 até 2030 e realização do concurso de seleção da marca do novo ODS adotado pelo Brasil.

10 G20

Apoio à presidência brasileira do G20, com contribuições para que o grupo firmasse compromissos com soluções globais para desafios urgentes, inclusive no âmbito do P20 e do U20

A ambição do G20

Mais de 140 reuniões, em 15 cidades brasileiras, além de dezenas de encontros de grupos de trabalho, durante um ano intenso de negociações. Assim o Brasil conduziu as discussões sobre as três prioridades que definiu ao assumir a presidência do G20 pela primeira vez: inclusão social e combate à fome e à pobreza; desenvolvimento sustentável, transições energéticas e ação climática; e reforma das instituições de governança global.

O Brasil levou para a pauta das discussões econômicas o combate à fome, a igualdade étnico-racial, o empoderamento feminino, a energia renovável e a sustentabilidade. O resultado foi a adoção de uma Declaração de Líderes que consolida o apoio a temas sem precedente na história do grupo, como a tributação progressiva, especialmente de indivíduos de patrimônio líquido ultra-alto, o reconhecimento do potencial da bioeconomia para o crescimento econômico e o fortalecimento da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Para que a conversa entre as grandes potências econômicas do mundo avançasse nesses e em outros temas, o país contou com o apoio do Sistema ONU ao longo de todo o processo. O Secretariado e as agências especializadas, fundos e programas estiveram envolvidos nas negociações tanto no nível das sedes quanto no nível nacional, de maneira coordenada.

“As temáticas prioritárias promovidas pela presidência brasileira do G20 estiveram claramente alinhadas às diretrizes de atuação das Nações Unidas, como estipulado na Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e no recém-aprovado Pacto para o Futuro”, explicou a coordenadora residente da ONU no Brasil, Silvia Rucks. “Com isso, a ONU pôde aportar contribuições substantivas para os debates, tanto na fase preparatória quanto durante as muitas reuniões realizadas durante o ano”.

A Cúpula do G20, realizada no Rio de Janeiro dias 18 e 19 de novembro, encerrou a presidência brasileira e contou com a participação do secretário-geral da ONU, António Guterres. “Vim ao Rio com uma mensagem simples: os líderes do G20 devem liderar. Os países do G20, por definição, têm uma enorme influência econômica. Eles exercem uma enorme influência diplomática. Eles devem usá-la para resolver os principais problemas globais,” afirmou.

Uma marca da presidência brasileira do G20 foi a ampliação do espaço para que diversas instituições o Estado, do setor privado e não-governamentais pudessem se engajar ativamente nas discussões e influenciar os resultados. Além disso, a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza obteve 148 adesões, incluindo 82 países, a União Africana, a União Europeia e nove instituições financeiras internacionais. A Aliança tem como meta alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1 e 2 e, entre seus membros fundadores, estão 14 entidades do Sistema das Nações Unidas, que trazem para a iniciativa sua experiência acumulada no combate à pobreza e à fome.

RIO
CAPITAL
DO
G20
BRASIL 2024



UN Photos/Gustavo Stephan

“Ainda falta muita coisa para arrumar em casa, mas, graças a essas ajudas, sinto que posso recomeçar de verdade.” Maria José Terra, de 64 anos, vive com sua neta de 17 anos em uma pequena casa de alvenaria na Vila dos Farrapos, bairro vulnerável de Porto Alegre duramente atingido pelas enchentes que devastaram o Rio Grande do Sul em maio de 2024. Para ela e para centenas de famílias da região, a enchente trouxe perdas materiais e emocionais, levando móveis e objetos pessoais. “A água chegou rápido e não tive tempo de salvar muita coisa”, conta. “Na primeira semana, a gente não sabia nem como começar”.

O esforço coletivo dessa e de outras comunidades mudou o cenário, com apoio de governos municipais, estadual e federal, de organizações da sociedade civil, de empresas e das Nações Unidas. Passado quase um ano da tragédia, o estado demonstra sinais de recuperação, com a retomada de atividades econômicas e sociais. O pior desastre da história do estado afetou 475 cidades e 2,4 milhões de pessoas. Desalojou cerca de 600 mil residentes e matou 183 pessoas, além de ter deixado 27 desaparecidos e centenas de feridos. A subida do nível dos rios destruiu casas, lojas, fábricas e infraestruturas vitais. O maior aeroporto do estado foi fechado por tempo indeterminado. As pessoas enfrentaram cortes de energia e interrupções na internet.

O Sistema das Nações Unidas no Brasil imediatamente se colocou à disposição das autoridades federais, estaduais e municipais, além de parceiros locais, para apoiar a resposta imediata à crise e atender a demandas urgentes.

Abrigamento, acesso a alimentos e água potável, colchões, roupas e produtos de higiene, apoio no acesso à saúde e educação, proteção a grupos vulneráveis, inclusive mulheres e crianças e assistência técnica à estruturação da resposta emergencial estiveram entre os serviços prestados pela ONU durante a fase mais aguda da tragédia.

No entanto, desde o início, o Sistema ONU esteve junto às contrapartes nacionais na preparação e planejamento do processo de reconstrução do estado. Por meio de uma metodologia específica da CEPAL, conhecida como Avaliação de Danos e Perdas (DaLA, na sigla em inglês), o Sistema ONU, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) apresentaram um relatório técnico produzido por uma equipe de 40 profissionais com uma análise independente e robusta sobre 13 setores (educação, saúde, cultura, habitação, população afetada, água potável, transportes, setor elétrico, agricultura, alojamento e restaurantes, comércio, pecuária, indústria e meio ambiente)

O estudo estima em R\$ 88,9 bilhões os impactos financeiros das cheias. O relatório apresenta uma série de recomendações com foco na reconstrução resiliente a serem implementadas no curto prazo (6 a 12 meses) e outra, com recomendações estratégicas de médio prazo. A ONU segue apoiando as diferentes instâncias de governo para implementar essas recomendações e contribuir para que o estado esteja mais bem preparado caso situação semelhante volte a acontecer.



A refugiada iraniana Mah Mooni, que teve sua perna amputada devido a um acidente de trânsito aos 14 anos, sempre sonhou em ser cantora. Mas, pelas leis do seu país, ela só poderia cantar como segunda voz de homens ou em coral. Segundo a cantora, ela veio ao Brasil “em busca de viver como uma mulher livre” e superou os desafios iniciais de integração para cantar em apresentações solo ou em bandas. Mah Mooni é um exemplo da luta de pessoas com deficiência por seus direitos.

Segundo dados da OIT, há cerca de um bilhão de pessoas com deficiência, ou 15% da população mundial. Essas pessoas enfrentam discriminações múltiplas e diversas barreiras de acesso a espaços físicos e a direitos básicos, como saúde, educação e lazer. No campo do trabalho, por exemplo, aproximadamente 80% das PcD estão em idade permitida para o trabalho, mas enfrentam maiores taxas de desemprego e inatividade econômica.

No Brasil, de acordo com a PNAD Contínua 2023 do IBGE, a população com deficiência foi estimada em 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais, o que corresponde a 8,9% da população dessa faixa etária. Ainda segundo o IBGE, as pessoas com deficiência têm menos acesso à educação, ao trabalho e à renda.

A inclusão de pessoas com deficiência requer políticas e esforços integrados e contínuos e, por isso, é um tema transversal do Marco de Cooperação da ONU no Brasil. Um grupo de trabalho específico coordena a atuação das entidades do Sistema ONU para impulsionar a implementação da Estratégia de Inclusão de Pessoas com Deficiência da ONU, promovendo uma abordagem integrada que alia medidas específicas a práticas em programas e operações.

Além do trabalho conjunto entre governos, organizações da sociedade civil e agências especializadas, fundos e programas do Sistema das Nações Unidas, é essencial reconhecer as pessoas com deficiência como protagonistas em suas próprias histórias. A inclusão de pessoas com deficiência na educação formal e em atividades culturais e artísticas amplia as possibilidades de acesso ao trabalho decente e de participação em espaços de tomada de decisão.

Um exemplo é o influenciador digital João Vitor de Paiva (24), jovem com síndrome de down morador de Goiânia.

“Sou um jovem ativista para defender a minha causa e outras causas e contribuir para a sociedade, para manifestar o que a gente quer. E o que eu quero é promover a inclusão e ajudar muita gente a não ser excluída e invisível na sociedade”, afirma.

EM NÚMEROS

O trabalho da ONU com Pessoas com Deficiência

Entidades envolvidas

OIT
ONU-Habitat
PNUD
UNDRR
UNESCO
UNFPA
UNICEF

Número de iniciativas

26

ODS

1	11
4	13
5	16
8	17
10	

Recursos executados em 2024

US\$
13,5
milhões

Combater a discriminação e investir no progresso

“Consegui minha independência econômica, minha independência emocional. Tudo mudou para melhor.” É assim que María Ofelia Gonzáles Marcano descreve o que aconteceu na sua vida após participar de programa de capacitação oferecido pela ONU a mulheres refugiadas e migrantes que sejam mães solo ou chefes de família.

Assim como María Ofelia, Ana Morález é venezuelana e é uma das 445 mulheres capacitadas em empreendedorismo. Ela superou desafios como fome, frio, e barreiras linguísticas ao chegar ao Brasil com o filho em 2019 e hoje é proprietária de uma empresa de doces e salgados em Manaus.

A igualdade de gênero, raça e etnia é uma prioridade para o Brasil e para as Nações Unidas e é um dos temas transversais do Marco de Cooperação. Um grupo de trabalho é responsável por promover a integração dessas temáticas às ações desenvolvidas pelas entidades do Sistema ONU no país.

O empoderamento econômico das mulheres, principalmente levando em consideração as sobreposições entre gênero, raça e etnia, é essencial para erradicar a pobreza e construir uma sociedade próspera e sustentável. O racismo, o sexismo e outras formas de discriminação são obstáculos ao progresso.

O Sistema ONU enfatiza a urgência de se abordar a discriminação em todos os âmbitos e ressalta o papel da formulação de políticas públicas para enfrentar barreiras sistêmicas e avançar em direção à igualdade. A campanha “Investir em Mulheres Negras”, realizada em 2024, destacou a urgência de direcionar investimentos a este grupo como estratégia para enfrentar o racismo e a desigualdade. As peças da campanha alcançaram 680 mil pessoas em múltiplas plataformas digitais e 2 milhões de pessoas em anúncios em mobiliário urbano. No meio rural, o acesso a trabalho e renda também é um desafio para mulheres. Apesar de terem um papel fundamental na transformação dos sistemas agroalimentares, elas ainda têm menos acesso à terra e a insumos. Com o apoio da ONU, essa história já está mudando.

É o caso da agricultora Neide Maria da Costa Silva, a Bibia, do Cariri cearense, que implementou em sua propriedade sistemas agroflorestais e práticas agroecológicas com assistência técnica fornecida pela ONU, revertendo os efeitos da desertificação e aumentando a produção de hortaliças.



“Fiquei atenta aos ensinamentos dos meninos que vieram aqui, perguntava e queria fazer junto”, relata Bibia, demonstrando seu engajamento. Hoje, ela comercializa seus produtos com orgulho, anunciando: “Olha o cheiro!”, enquanto percorre as comunidades locais de moto. Além dos ganhos econômicos, a agricultura trouxe um novo propósito à vida de Bibia, que superou adversidades e hoje afirma: “Tenho muita vontade de viver, de plantar minha horta e cuidar da minha família”.

A independência econômica também é ferramenta indispensável para combater à violência baseada em gênero. O relatório mais recente sobre feminicídios revela que 60% de todos os homicídios de mulheres são cometidos por um parceiro íntimo ou outro membro da família.

Lançada no Brasil no Dia da Consciência Negra, a campanha “Una-se pelo Fim da Violência contra Mulheres” destacou em 2024 a atenção para a alarmante escalada da violência contra as mulheres, buscando revitalizar compromissos, exigir responsabilização e ação dos tomadores de decisão.

EM NÚMEROS O trabalho da ONU com gênero

Entidades envolvidas

ACNUDH, FAO, FIDA, ONU-Habitat, ONU Mulheres, PNUD, PNUMA, UNAIDS, UNESCO, UNFPA, UNICEF, UNIDO, UNODC

ODS



Número de atividades

104

Recursos executados em 2024

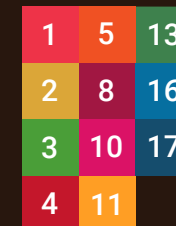
US\$ 35,5 milhões

EM NÚMEROS O trabalho da ONU com raça

Entidades envolvidas

ACNUDH, ONU-Habitat, ONU Mulheres, UNICEF, UNESCO, UNFPA, UNODC

ODS



Número de atividades

36

Recursos executados em 2024

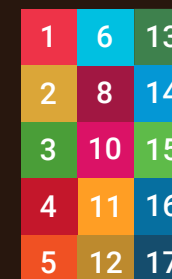
US\$ 17,1 milhões

EM NÚMEROS O trabalho da ONU com povos indígenas

Entidades envolvidas

ACNUDH, ACNUR, FAO, FIDA, OIM, OIT, ONU Mulheres, PNUD, PNUMA, UNAIDS, UNDRR, UNESCO, UNFPA, UNICEF, UNODC, UNOPS

ODS



Número de atividades

74

Recursos executados em 2024

US\$ 36,4 milhões

Jovens representantes do grupo de engajamento do G20 sobre juventude (Y20) participaram de uma série de atividades preparatórias realizadas pelas Nações Unidas para discutir propostas, suas perspectivas e planos de inovações sobre questões globais e construir a proposta da delegação brasileira para o Y20.

A ONU, por meio do Grupo Temático de Juventude, que congrega as iniciativas das agências especializadas, fundos e programas na área de juventude, apoiou a preparação da delegação do Brasil tanto para a Pré-Cúpula do Y20, realizada em Belém do Pará em junho, quanto para a Cúpula do Y20, realizada em agosto, no Rio de Janeiro. As atividades foram realizadas no âmbito da parceria com a Secretaria Nacional de Juventude e com o Conselho Nacional de Juventude.

Os jovens brasileiros definiram cinco prioridades para sua atuação no Y20:

- Combate à fome, à pobreza e à desigualdade
- Mudança climática, transição energética e desenvolvimento sustentável
- Reforma do sistema de governança global
- Inclusão e diversidade
- Inovação e futuro do mundo do trabalho

O Brasil exerceu a presidência do G20 ao longo de 2024 e, com isso, teve a oportunidade de liderar as discussões sobre a agenda global. A delegação brasileira no Y20 aproveitou a chance de influenciar o debate e contribuir para a formulação de políticas públicas e responder aos desafios mais urgentes.

Daniela Costa, delegada para inclusão e diversidade, destacou a importância de incluir a diversidade nas discussões. "É impossível falar de igualdade e construção de um futuro mais justo e sustentável, sem a presença das juventudes negras, indígenas, quilombolas, regionais, urbanas, periféricas, das meninas, das mulheres, e da população LGBTQIA+". "É um grande desafio discutir desenvolvimento sustentável, sem deixar ninguém para trás, entendendo que o combate à pobreza, à fome e a inovação são pautas transversais e estão correlacionadas à mudança climática. Então, é importante ter metas robustas com relação a isso e ter foco na implementação, pensando em como podemos mobilizar recursos financeiros para toda essa adaptação", afirmou Mahryan Rodrigues, delegada para mudança climática, transição energética e desenvolvimento sustentável.

Philippe Diogo da Silva, delegado do eixo de combate à fome, à pobreza e à desigualdade, ressaltou que "hoje, as nossas duas maiores dificuldades como juventude, principalmente brasileira, é o acesso aos direitos, principalmente terra e moradia digna, sendo o acesso ao mercado de trabalho precário um dos maiores problemas que nós enfrentamos como sociedade".

O envolvimento com o Y20 integrou os esforços da ONU no Brasil para implementar a Estratégia Juventude 2030, que orienta e intensifica o trabalho das Nações Unidas com e para os jovens em seus três pilares: paz e segurança, direitos humanos e desenvolvimento sustentável.

A ONU no Brasil investiu em outros espaços de articulação de jovens. Um exemplo foi o "Esquenta Cúpula do Futuro", evento realizado com cerca de 100 jovens no Rio de Janeiro para debater o papel da juventude na construção do futuro que queremos. O evento foi uma prévia das discussões que ocorreram na Cúpula do Futuro, que reuniu líderes mundiais para discutir o futuro da cooperação e do planeta. Além disso, a campanha digital Juventude2030 alcançou 589 mil pessoas.

EM NÚMEROS

O trabalho da ONU com juventude

Entidades envolvidas

ACNUDH, FAO, FIDA, OIT, OIM, ONU-Habitat, ONU Mulheres, PNUD, UNAIDS, UNDRR, UNESCO, UNFPA, UNICEF, UNODC, UNOPS

ODS

1	6	11
2	7	12
3	8	13
4	9	16
5	10	17

Número de atividades

104

Recursos executados em 2024

US\$ 39,9 milhões

Marco de Cooperação 2023-2027

Em 2024, o Sistema das Nações Unidas deu continuidade à implementação do Marco de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável 2023-2027. Firmado em parceria com o Governo do Brasil, esse Marco representa o principal instrumento de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações da ONU voltadas ao desenvolvimento do país e à implementação da Agenda 2030.

Sua elaboração foi fruto de um esforço conjunto entre a ONU e o Estado brasileiro, sob a orientação estratégica do Comitê Diretivo Conjunto, liderado pelo Escritório de Coordenação da ONU e pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores. Para garantir que o documento refletisse os desafios e prioridades nacionais, o processo envolveu consultas a mais de 20 mil pessoas e 200 instituições da sociedade civil e do setor privado, além da participação de representantes do governo federal, dos poderes Legislativo e Judiciário e de administrações estaduais e municipais.

O Marco de Cooperação organiza-se em torno de cinco eixos temáticos, cada um com resultados esperados, estabelecendo as prioridades programáticas compartilhadas entre a ONU e o Estado brasileiro. Cada resultado se desdobra em produtos que estão sendo implementados pelo Sistema das Nações Unidas, conjuntamente com seus parceiros, seguindo seis princípios:

- Não deixar ninguém para trás
- Abordagem baseada em direitos humanos
- Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres
- Resiliência
- Sustentabilidade
- Transparência e participação

Além de refletir as prioridades nacionais, o Marco de Cooperação está fundamentado na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e nas Seis Transições, que representam as principais diretrizes globais da ONU para acelerar a implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

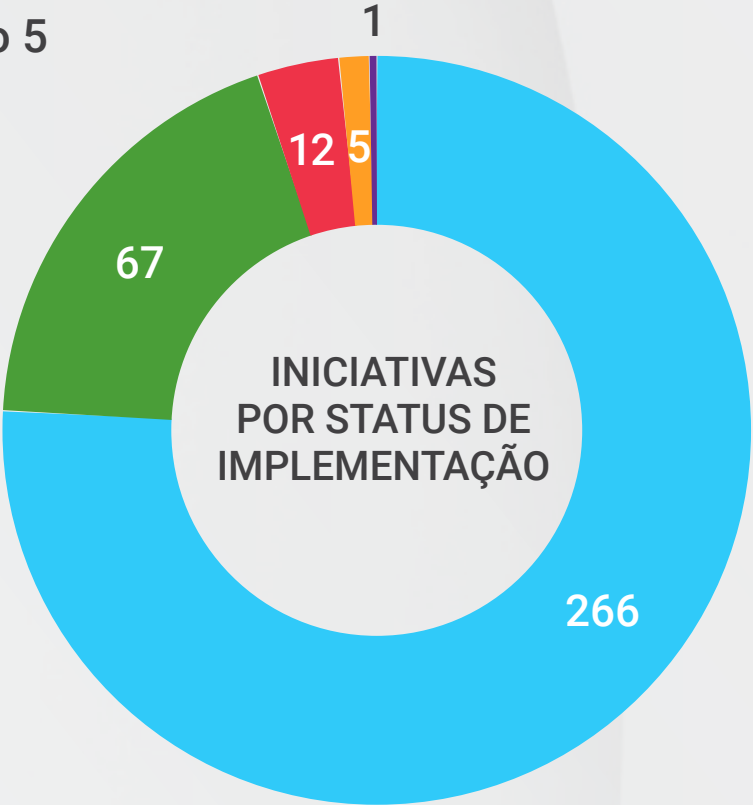
Com a realização da Cúpula do Futuro e a adoção do Pacto para o Futuro, reafirmou-se o papel do Marco de Cooperação como a plataforma estratégica para fortalecer o apoio do Sistema das Nações Unidas aos esforços do Brasil no cumprimento desse novo compromisso internacional, abrangendo paz e segurança, inovação e tecnologia, e desenvolvimento sustentável.



Panorama de Implementação 2024



- Nível Nacional
- Nível Estadual
- Nível Municipal
- Eixo 1
- Eixo 2
- Eixo 3
- Eixo 4
- Eixo 5



- Em implementação
- Encerrada
- Em encerramento
- Suspensa
- Cancelada

RECURSOS

US\$
244M
recursos
requeridos

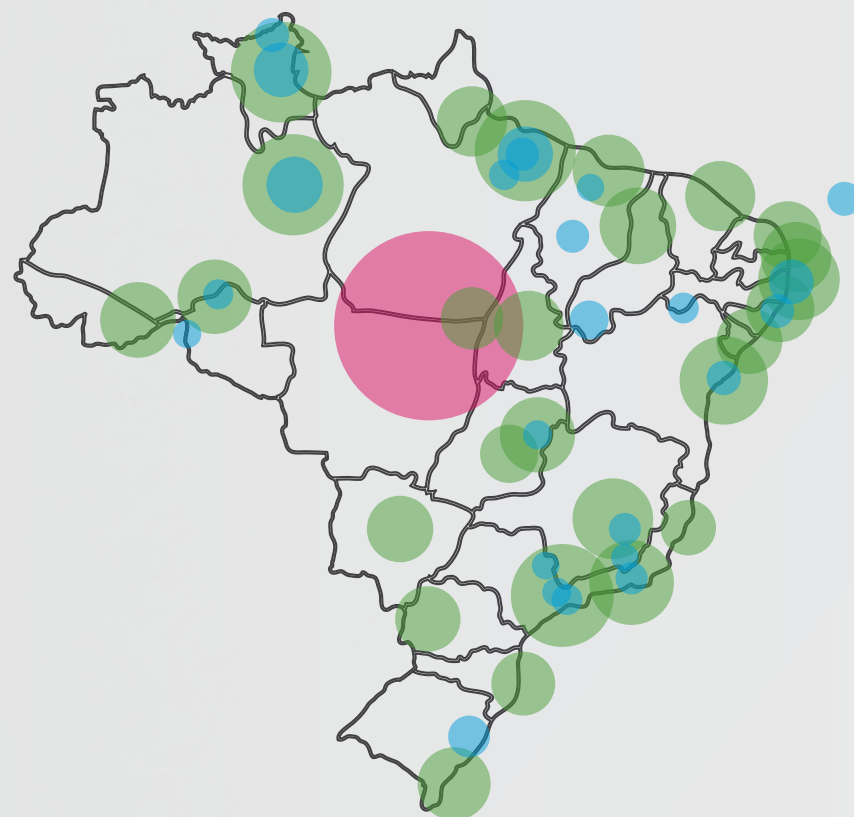
US\$
210M
recursos
disponíveis

US\$
155M
recursos
executados



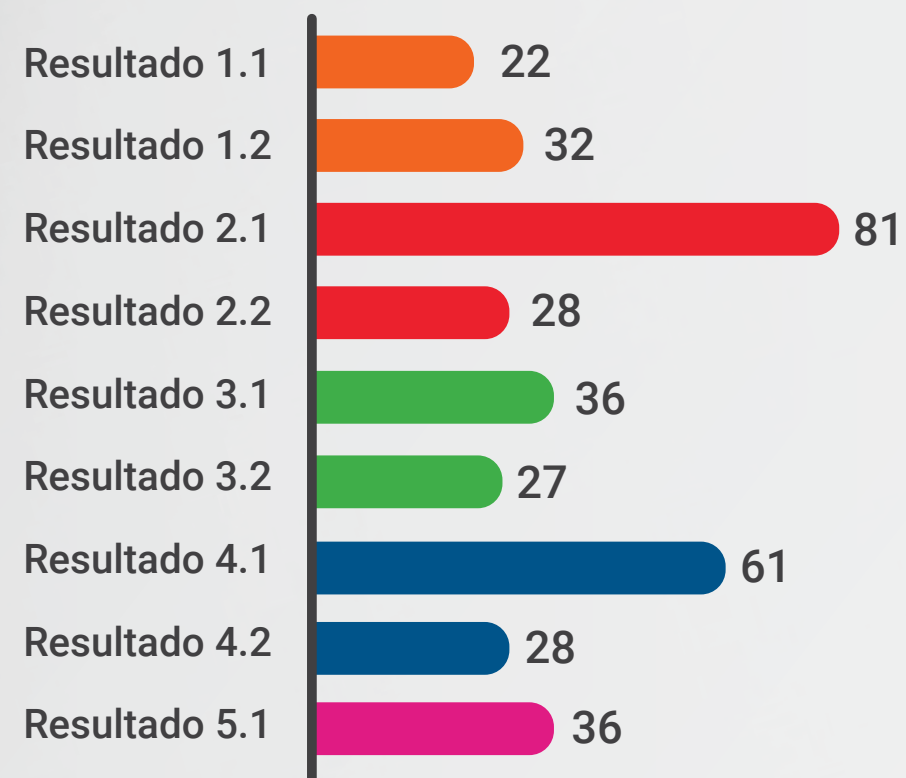
Os números aqui apresentados são preliminares e refletem as informações disponíveis em 3 de fevereiro de 2025.
Informações constantemente atualizadas são disponibilizadas na plataforma www.uninfo.org

INICIATIVAS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA



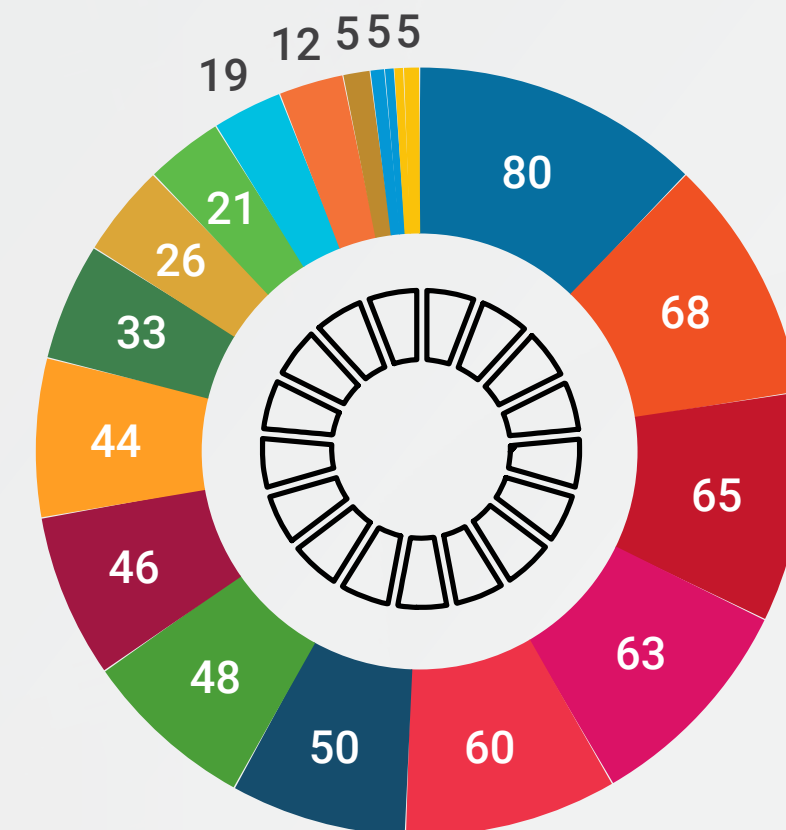
- **Nível Nacional**
- **Nível Estadual**
- **Nível Municipal**

INICIATIVAS POR RESULTADO

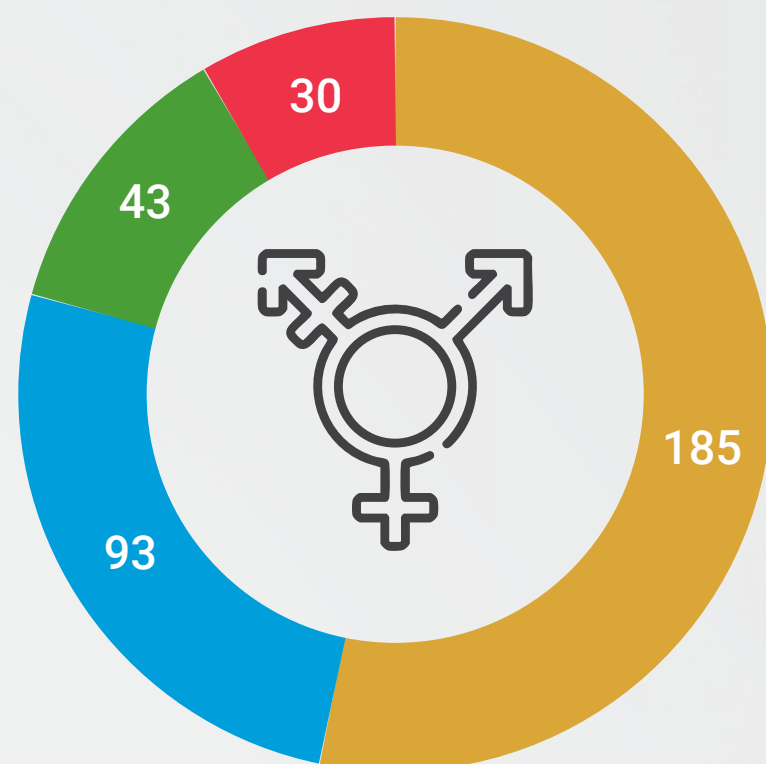


- **Eixo 1**
- **Eixo 2**
- **Eixo 3**
- **Eixo 4**
- **Eixo 5**

INICIATIVAS POR ODS

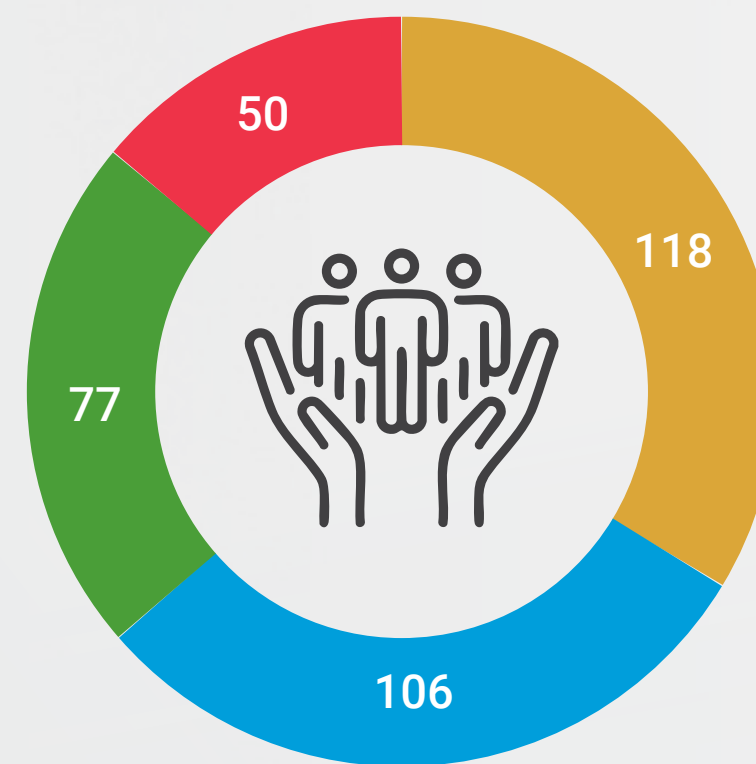


INICIATIVAS POR MARCADOR DE GÊNERO



- Igualdade de gênero/ empoderamento das mulheres é o objetivo principal
- Igualdade de gênero/ empoderamento das mulheres é um objetivo significativo
- Contribui de forma limitada para a gualdade de gênero/ empoderamento das mulheres
- Não se espera que contribua para a igualdade de gênero/ empoderamento das mulheres

INICIATIVAS POR MARCADOR DE DIREITOS HUMANOS



- Tem os Direitos Humanos como objetivo principal
- Contribui de forma significativa para os Direitos Humanos
- Contribui de forma limitada para os Direitos Humanos
- Não se espera que contribua diretamente para os Direitos Humanos

POPULAÇÕES QUE FORAM FOCO DE ATENÇÃO DO TRABALHO DA ONU EM 2024, EM NÚMERO DE INICIATIVAS

- 1Mulheres e meninas
- 2Juventude
- 3Crianças
- 4Povos indígenas
- 5Adolescentes
- 6Migrantes
- 7Minorias
- 8Afrodescendentes
- 9Pessoas LGBTQIA+
- 10Trabalhadores rurais

INICIATIVAS POR BENEFICIÁRIOS



INICIATIVAS POR TRABALHO HUMANITÁRIO



64
iniciativas

de um total de 351, foram dedicadas ao trabalho humanitário no país

28

foram respostas a emergências

EIXO 1

Transformação Econômica para o Desenvolvimento Sustentável

Produtos

Resultados

1.1.1 Transformação digital, tecnologias inovadoras, micro e pequenas empresas	Em 2027, o Brasil terá avançado na transformação econômica sustentável, inclusiva e responsiva às questões de geração, gênero, raça e etnia, com a inserção da dimensão socioambiental nas cadeias produtivas, com melhoria da produtividade, inserindo-se na transformação tecnológica e digital em curso e ampliando a competitividade nacional e o desenvolvimento das capacidades humanas.	1 ERRADICAR A POBREZA
1.1.2 Políticas públicas e modelos regulatórios, investimentos inovadores esustentáveis		2 ERRADICAR A FOME
1.1.3 Produtividade e competitividade, MPME em cadeias globais de valor		5 IGUALDADE DE GÊNERO
1.1.4 Políticas macroeconômicas para o crescimento econômico sustentável		8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÔMICO
1.2.1 Capacidades de desenvolvimento econômico local reforçadas	Em 2027, o Brasil terá avançado na inclusão econômica que contribui para a redução da pobreza, da fome, das vulnerabilidades, das desigualdades e da discriminação de geração, gênero, raça e etnia, e que garante o direito à educação transformadora para o pleno desenvolvimento da pessoa e o acesso ao trabalho decente, às oportunidades para geração de renda, à proteção social, econômica e políticas de cuidados e às infraestruturas resilientes, assegurando a igualdade de oportunidades e a sua sustentabilidade.	9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS
1.2.2 Transição positiva da escola para o mundo do trabalho		10 REDUZIR AS DESIGUALDADES
1.2.3 Infraestruturas para serviços e bens públicos e sistemas de proteção social		12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS
1.2.4 Capacidades de povos indígenas e comunidades tradicionais fortalecidas		

RESULTADO 1

AFPs

- CEPAL
- FAO
- OIT
- PNUD
- UIT
- UNESCO
- UNICEF
- UNIDO
- UNOPS

ODS



Iniciativas	Recursos requeridos	Recursos disponíveis	Recursos executados
22	US\$ 16 milhões	US\$ 12,3 milhões	US\$ 7,3 milhões

Produto com maior implementação: 1.1.4 (US\$ 5,3 milhões)

RESULTADO 2

AFPs

- ACNUR
- FAO
- OIM
- OIT
- ONU Mulheres
- PNUD
- UNESCO
- UNFPA
- UNICEF
- UNOPS

ODS



Iniciativas	Recursos requeridos	Recursos disponíveis	Recursos executados
32	US\$ 25,2 milhões	US\$ 18,8 milhões	US\$ 13,8 milhões

Produto com maior implementação: 1.2.3 (US\$ 5,4 milhões)



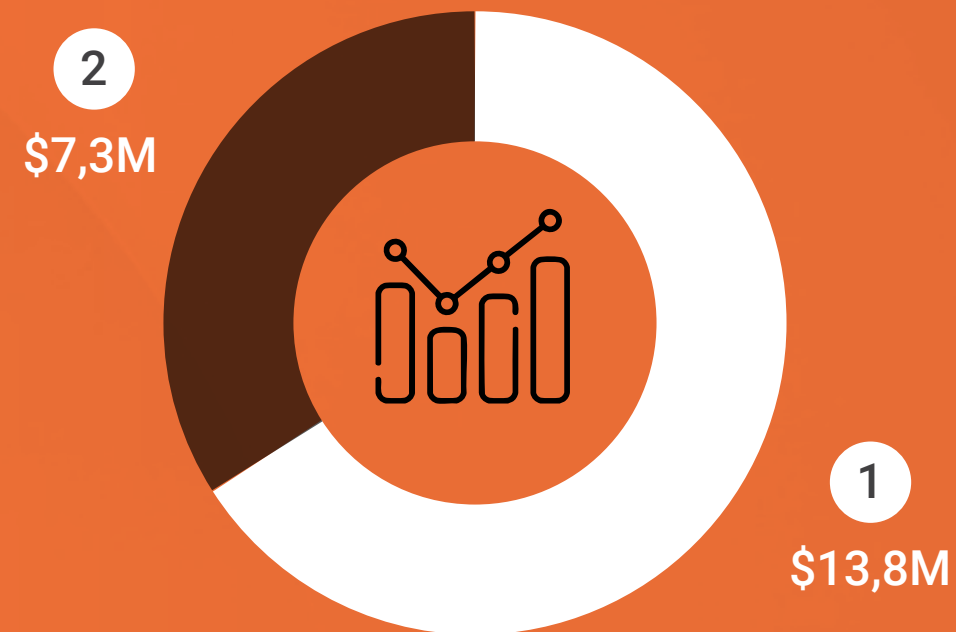
54
iniciativas

US\$
41M
recursos
requeridos

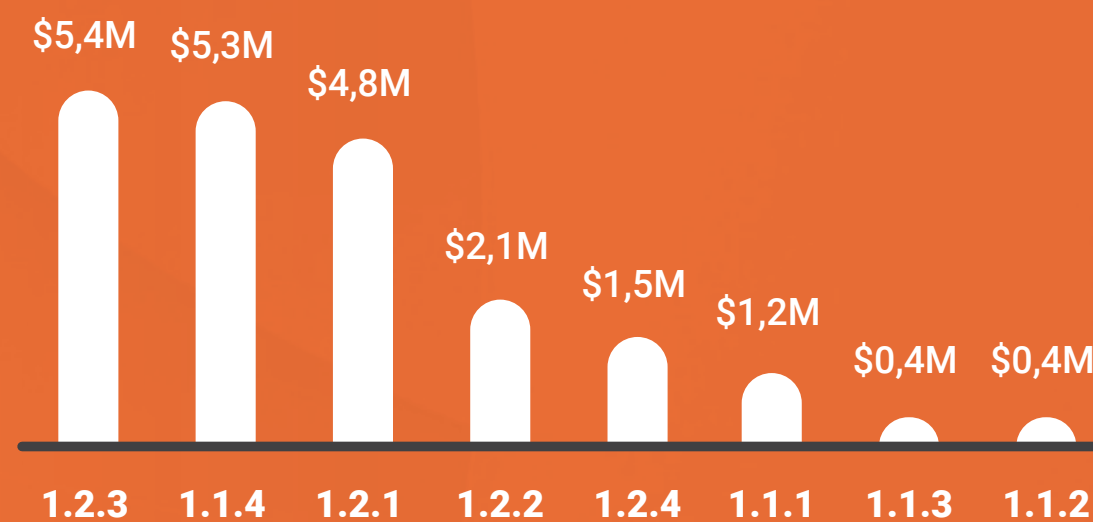
US\$
31M
recursos
disponíveis

US\$
21M
recursos
executados

RECURSOS EXECUTADOS POR RESULTADO



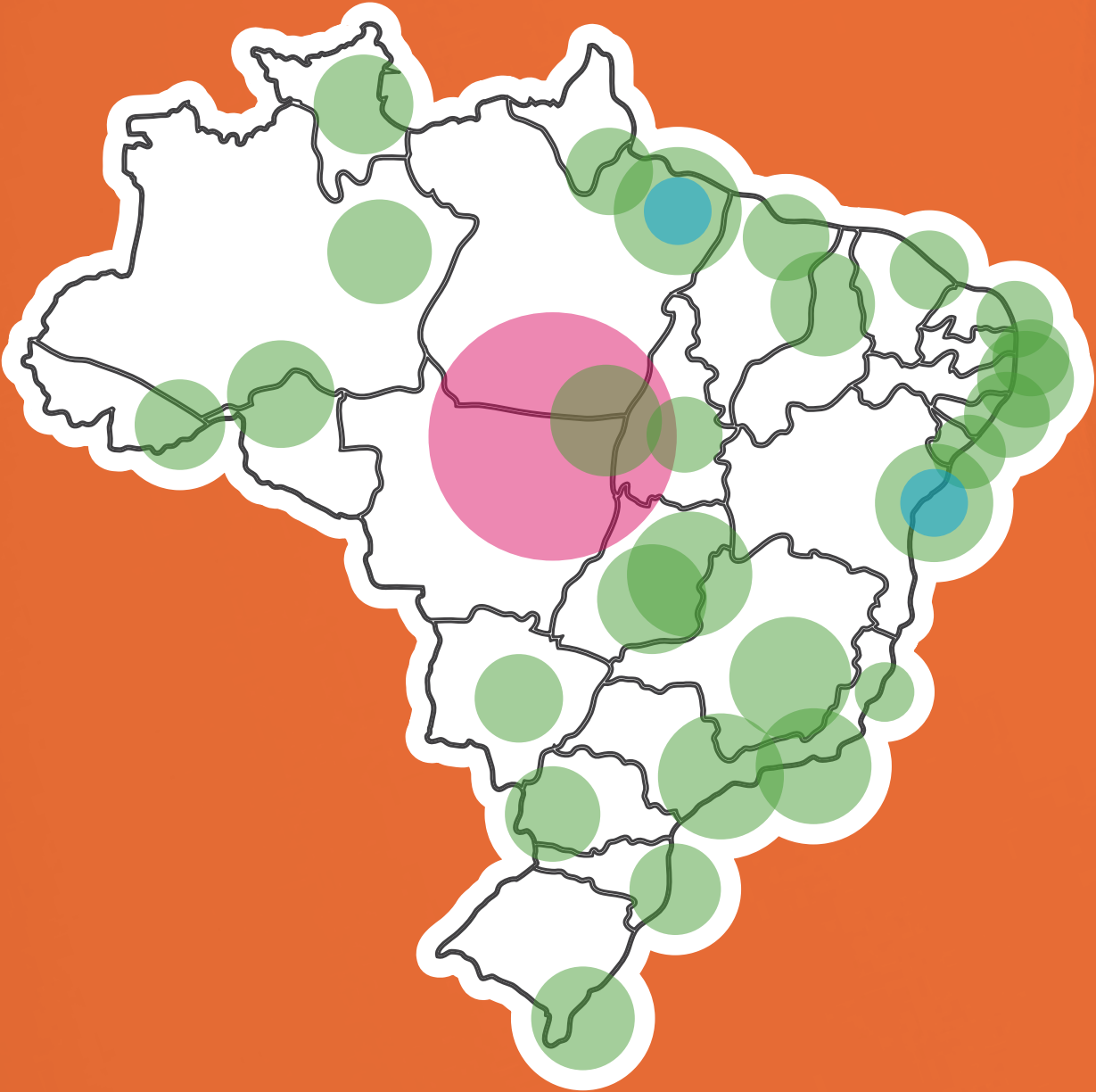
RECURSOS EXECUTADOS POR PRODUTO



RECURSOS
EXECUTADOS
POR ODS



INICIATIVAS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA



- Nível Nacional
- Nível Estadual
- Nível Municipal

O Sistema das Nações Unidas estabeleceu duas prioridades de ação para contribuir para a transformação econômica para o desenvolvimento sustentável no Brasil: apoiar o Plano de Transformação Ecológica e a Política Nacional de Cuidados. Ambos são iniciativas prioritárias para o Estado brasileiro e dialogam diretamente com os resultados esperados para este eixo do Marco de Cooperação. As iniciativas envolveram formuladores de políticas públicas, líderes empresariais, pesquisadores e representantes da sociedade civil para explorar novas oportunidades de cooperação.

O Plano de Transformação Ecológica é liderado pelo Ministério da Fazenda e está estruturado em seis eixos: financiamento sustentável, desenvolvimento tecnológico, bioeconomia, transição energética, economia circular e infraestrutura e adaptação às mudanças climáticas. O plano prevê investimentos em infraestrutura e incide em áreas como o mercado regulado de carbono, a criação de núcleos de inovação tecnológica e obras públicas para reduzir riscos de desastres naturais.

As agências especializadas, fundos e programas da ONU contribuíram com o adensamento tecnológico para fomentar a inovação e a transformação de cadeias produtivas ecológicas. Além disso, ofereceram assessoria técnica para a inclusão de salvaguardas de direitos humanos e trabalhistas na Taxonomia Sustentável Brasileira, que é um sistema de classificação que orienta o financiamento para atividades econômicas sustentáveis.

Na área da transição energética, o desenvolvimento de projetos de biogás no Brasil ocupou um papel central, com foco na redução das emissões de gases de efeito estufa por meio do incentivo a fontes de energia renováveis. Foram desenvolvidos novos marcos regulatórios para integrar os princípios da sustentabilidade nas esferas governamentais e empresariais, assegurando que as ações climáticas sejam incorporadas ao planejamento de longo prazo.

A ONU atuou, ainda, em áreas como aquicultura, modelos de economia circular e planejamento urbano sustentável. A implementação de projetos voltados à segurança alimentar e à redução dos impactos ambientais da agricultura privilegiou técnicas inovadoras, como agricultura de precisão, agrofloresta e agricultura regenerativa, promovendo o aumento da produtividade ao mesmo tempo em que preservam a saúde do solo, os recursos hídricos e a biodiversidade.

A ONU proveu ao longo de 2024 assessoria técnica e promoveu a participação social no processo de elaboração e implementação da Política Nacional de Cuidados, que almeja reconhecer e valorizar o trabalho de cuidado e garantir os direitos tanto de quem cuida quanto de quem necessita de cuidados. Um dos resultados do apoio da ONU foi a inclusão de um mecanismo de governança para trabalhadores de cuidados remunerados e não remunerados que contribui para o fortalecimento dos direitos das mulheres e dos mecanismos de proteção social.

As agências especializadas, fundos e programas contribuíram para ampliar a transparência na prestação de contas sobre a alocação de recursos para programas voltados aos direitos da criança. Além de fomentar a participação de jovens em espaços de tomada de decisão, a ONU investiu em empregabilidade para essa população, por meio de educação, capacitação profissional e geração de oportunidades de trabalho.

As iniciativas de igualdade de gênero visaram à redução da desigualdade salarial, aos direitos trabalhistas e à proteção social das mulheres, particularmente aquelas em situação de vulnerabilidade. Ações foram tomadas para ampliar a alfabetização digital, defender a igualdade salarial e aumentar o acesso ao empreendedorismo e à formação profissional.

Indicadores de produto

172 mil

pessoas com acesso ampliado a infraestrutura, inclusive digital, de qualidade, com apoio da ONU

30 mil

pessoas com acesso a moradia adequada e serviços urbanos, com apoio da ONU, respeitando os padrões internacionais de direitos humanos

546

entidades com capacidades ampliadas para promover aumento da produtividade, geração de renda e melhoria das condições de trabalho no sistema agroalimentar, com apoio da ONU

739

entidades com maior capacidade de promover desenvolvimento econômico, emprego e trabalho decente

EIXO 2

Inclusão social para o desenvolvimento sustentável

Produtos

- 2.1.1 Políticas públicas regionalizadas com estratégias de inclusão
- 2.1.2 Capacidades institucionais para produção de dados e análises
- 2.1.3 Políticas de educação de qualidade
- 2.1.4 Políticas de saúde e segurança alimentar

Resultados

Até 2027, o Brasil terá ampliado e fortalecido a proteção social e demais políticas públicas para serem mais intersetoriais, inclusivas, participativas e efetivas, baseadas em evidências, atentas a grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade e orientadas, em todos os níveis de governo, ao respeito aos direitos humanos e à redução da pobreza, da fome e das desigualdades de grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade e à promoção da igualdade de geração, gênero, raça e etnia e do desenvolvimento sustentável ambiental e socialmente.

1 ERRADICAR A POBREZA



2 ERRADICAR A FOME



3 SAÚDE DE QUALIDADE



4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



5 IGUALDADE DE GÊNERO



8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÔMICO



10 REDUZIR AS DESIGUALDADES



11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



- 2.2.1 Capacidades de grupos discriminados fortalecidas
- 2.2.2 Capacidades institucionais para enfrentar a violência contra vulneráveis
- 2.2.3 Políticas e programas responsáveis, inclusivos e socialmente justos
- 2.2.4 Enfrentamento de todas as formas de discriminação e desigualdade

Até 2027, o Brasil terá ampliado e fortalecido os sistemas de garantias de direitos para que sejam ainda mais efetivos na integração transversal do respeito aos direitos humanos e da igualdade de geração, gênero, raça e etnia, no enfrentamento às suas violações e às múltiplas formas de discriminação e violências, incluindo a violência de gênero, e para que promovam a atuação coordenada de diferentes instâncias em todos os níveis de governo, bem como a participação da sociedade civil.

RESULTADO 1

AFPs

- ACNUDH
- ACNUR
- FAO
- OIM
- OIT
- ONU-Habitat
- OPAS/OMS
- PNUD
- UNDRR
- UNESCO
- UNFPA
- UNICEF
- UNODC
- UNOPS

ODS



Iniciativas	Recursos requeridos	Recursos disponíveis	Recursos executados
81	US\$ 44,9 milhões	US\$ 42,1 milhões	US\$ 37,8 milhões

Produto com maior implementação: 2.1.3 (US\$ 16,7 milhões)

RESULTADO 2

AFPs

- ACNUDH
- ACNUR
- ONU Mulheres
- PNUD
- UNAIDS
- UNESCO
- UNFPA
- UNICEF
- UNODC

ODS



Iniciativas	Recursos requeridos	Recursos disponíveis	Recursos executados
28	US\$ 14,7 milhões	US\$ 9,8 milhões	US\$ 8,8 milhões

Produto com maior implementação: 2.2.1 (US\$ 6,9 milhões)

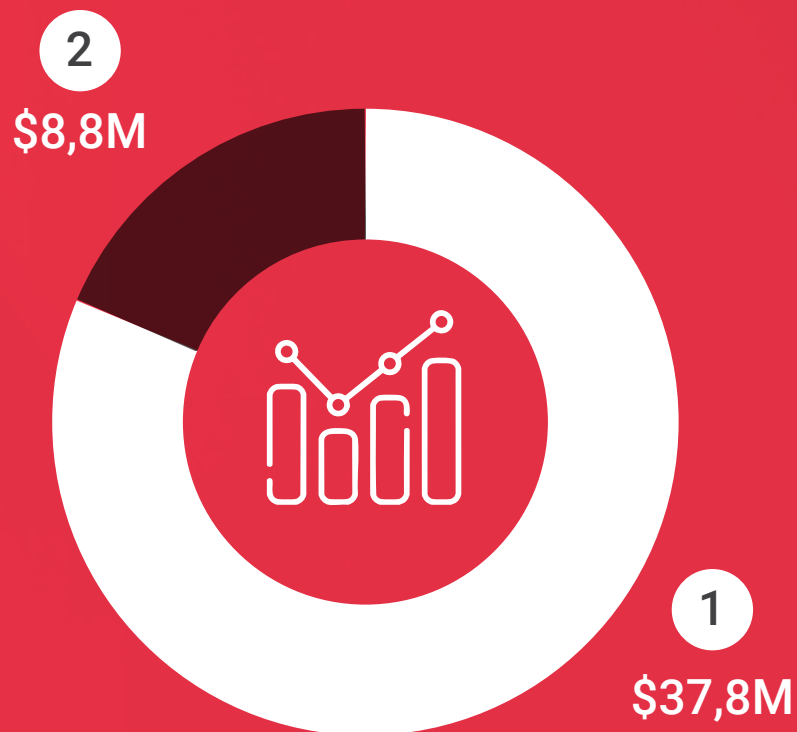
109
iniciativas

US\$
60M
recursos
requeridos

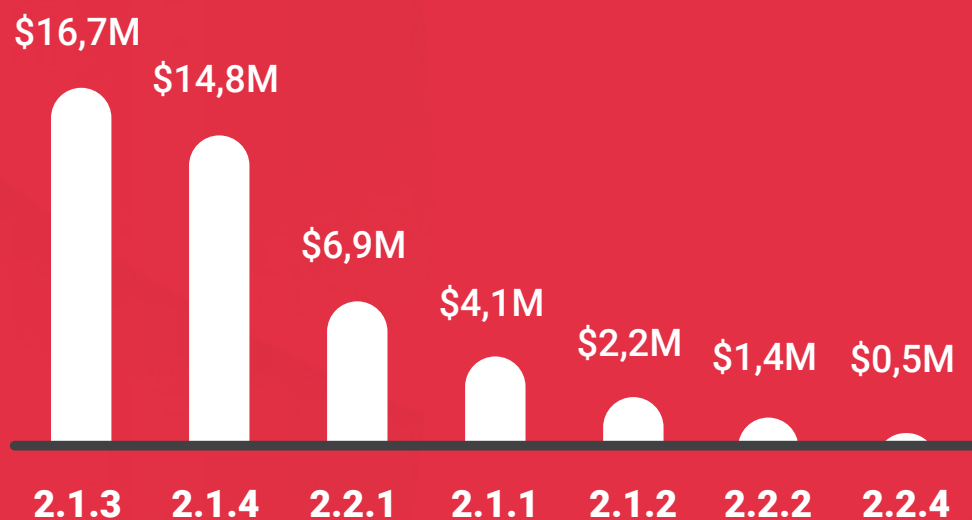
US\$
52M
recursos
disponíveis

US\$
47M
recursos
executados

RECURSOS EXECUTADOS
POR RESULTADO



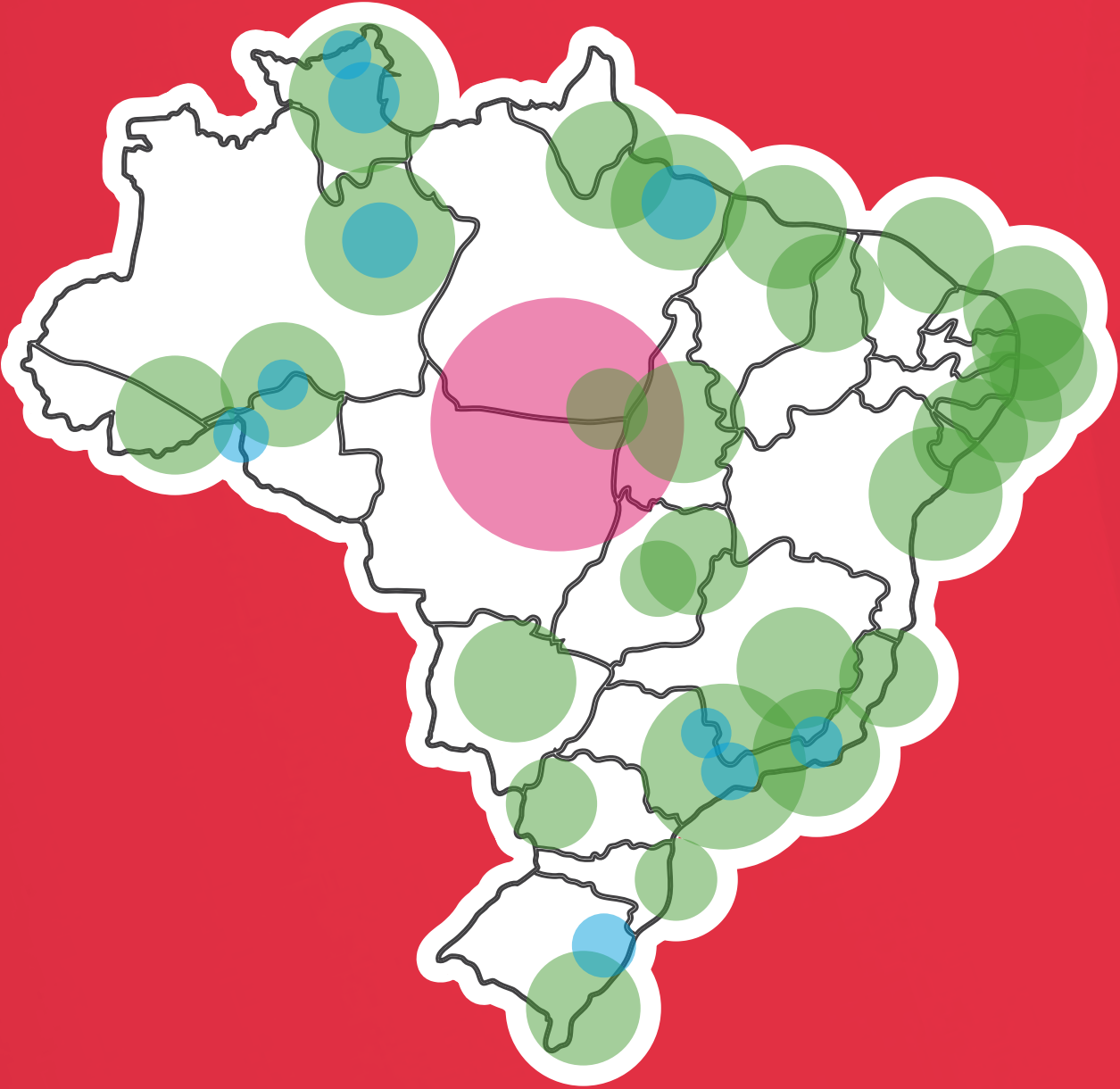
RECURSOS EXECUTADOS
POR PRODUTO



RECURSOS
EXECUTADOS
POR ODS



INICIATIVAS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA



- Nível Nacional
- Nível Estadual
- Nível Municipal

As desigualdades estruturais da sociedade brasileira impactam de forma mais intensa determinados grupos populacionais de grande representatividade, além de acentuar disparidades significativas nos índices de desenvolvimento entre as cinco regiões do país. Em 2024, as agências especializadas, fundos e programas que compõem o Sistema ONU no Brasil estabeleceram como prioridades para o eixo temático de inclusão social para o desenvolvimento sustentável o fortalecimento das estratégias nacionais de proteção social e o combate a todas as formas de racismo, discriminação e violência, incluindo violência baseada em gênero.

A contribuição ao processo de formação da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, no âmbito da presidência brasileira do G20, resultou na adesão de 14 entidades da ONU à iniciativa, juntamente com 82 países, a União Africana, a União Europeia e nove instituições financeiras internacionais. O Sistema ONU apoiou também o grupo de trabalho coordenado pelo Ministério da Igualdade Racial que liderou a discussão e a elaboração de metas e indicadores para o acompanhamento e a implementação do ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial, adotado oficialmente pelo Brasil em 2024.

Por meio de uma abordagem abrangente e colaborativa e de parcerias com governos, sociedade civil, empresas e comunidades locais, a ONU concentrou-se em enfrentar desafios em setores-chave, como educação, saúde, segurança alimentar, resiliência climática e proteção social. Enfatizando o compromisso com a equidade, a ONU direcionou suas intervenções para os grupos mais vulneráveis e marginalizados.

Na educação, a ONU apoiou programas educacionais nacionais, incluindo a melhoria dos processos de gestão e das metodologias de monitoramento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Iniciativas de educação inclusiva alcançaram populações indígenas e afrodescendentes. Mais de 400.000 estudantes se beneficiaram dos programas de aprendizagem digital, e mais de 15.000 professores participaram de oficinas de capacitação.

Na área de saúde, a ONU lançou plataformas de saúde mental para adolescentes, alcançando mais de 115.000 jovens usuários. Além disso, apoiou a recuperação dos programas de vacinação, inclusive para populações de migrantes e refugiados. Os esforços para prevenir a desnutrição alcançaram 1 milhão de crianças, e 4.857 profissionais foram treinados em sistemas de informação nutricional, contribuindo para iniciativas mais amplas de melhoria da nutrição infantil e combate à fome em comunidades vulnerabilizadas. A ONU trabalhou para aprimorar a infraestrutura de saúde pública e o acesso a serviços essenciais de saúde, inclusive com a consolidação do acesso equitativo e dos serviços de prevenção, tratamento e assistência a pessoas vivendo com HIV, por meio do Programa Conjunto da ONU.

A segurança alimentar permaneceu uma prioridade para a ONU no Brasil, com foco no fortalecimento dos sistemas alimentares nacionais e no apoio às comunidades vulneráveis. A ONU auxiliou na elaboração e implementação do Plano Nacional de Abastecimento Alimentar, contribuindo para a melhoria da segurança alimentar de mais de 3 milhões de pessoas. No contexto do desastre climático no Rio Grande do Sul, a ONU colaborou com organizações da sociedade civil para garantir nutrição adequada para mais de 200.000 pessoas.

Projetos focados em direitos reprodutivos, saúde materna e inclusão das comunidades LGBTQIA+ nas políticas nacionais receberam apoio das entidades da ONU, assim como a implementação de políticas públicas sensíveis ao gênero, que alcançaram 2 milhões de mulheres e meninas. Os esforços para melhorar o acesso a serviços essenciais para as populações mais deixadas para trás, incluindo pessoas com deficiência e aquelas em extrema pobreza, impactaram mais de 1 milhão de pessoas.

O Sistema ONU, por meio do Grupo Temático de Juventude, apoiou a elaboração e a implementação do Plano Nacional Juventude Negra Viva. Em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude e com o Conselho Nacional de Juventude, contribuiu para o fortalecimento de políticas públicas de juventude e para a participação de jovens em espaços de tomada de decisão, como a Conferência Nacional da Juventude e o Y20. A ONU também trabalhou para amplificar as vozes de defensores dos direitos humanos, especialmente mulheres indígenas e quilombolas, garantindo sua representação em importantes discussões e fóruns de advocacy sobre direitos humanos.

Indicadores de produto

242 mil

pessoas acessando serviços básicos com apoio da ONU

18

políticas de saúde desenvolvidas com apoio da ONU adotadas de acordo com padrões de direitos humanos

65 mil

professores treinados com apoio da ONU em pedagogias inovadoras e inclusivas, sensíveis à gênero, incluindo tecnologias digitais para aprendizado remoto

37

políticas que integram a migração e reconhecem os migrantes como contribuintes para o desenvolvimento sustentável

EIXO 3

Resultados



Até 2027, o Brasil terá avançado na implementação de ações de mitigação da mudança do clima e adaptação aos seus efeitos, redução do desmatamento, de riscos de desastres, considerando os grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade, inclusive pessoas forçadamente deslocadas, a partir da perspectiva de geração, gênero, raça e etnia, e proteção dos territórios dos povos indígenas, dos povos e comunidades tradicionais e das populações do campo, floresta e águas em geral, com vistas a promover uma economia resiliente e descarbonizada, à luz dos marcos legais e regulatórios nacionais, e com alinhamento aos compromissos internacionalmente vigentes.

RESULTADO 1

AFPs

- ACNUR
- FAO
- FIDA
- ONU-Habitat
- PNUD
- PNUMA
- UNESCO
- UNICEF
- UNODC
- UNOPS

ODS



Iniciativas	Recursos requeridos	Recursos disponíveis	Recursos executados
36	US\$ 26,8 milhões	US\$ 26,4 milhões	US\$ 15,6 milhões

Produto com maior implementação: 3.1.1 (US\$ 11,9 milhões)

RESULTADO 2

AFPs

- ACNUDH
- ACNUR
- FAO
- FIDA
- OIM
- ONU-Habitat
- ONU Mulheres
- PNUD
- PNUMA
- UNESCO
- UNFPA
- UNOPS

ODS



Iniciativas	Recursos requeridos	Recursos disponíveis	Recursos executados
27	US\$ 16,9 milhões	US\$ 12,5 milhões	US\$ 8,3 milhões

Produto com maior implementação: 3.2.3 (US\$ 4,5 milhões)



66

iniciativas

US\$

44M

recursos
requeridos

US\$

39M

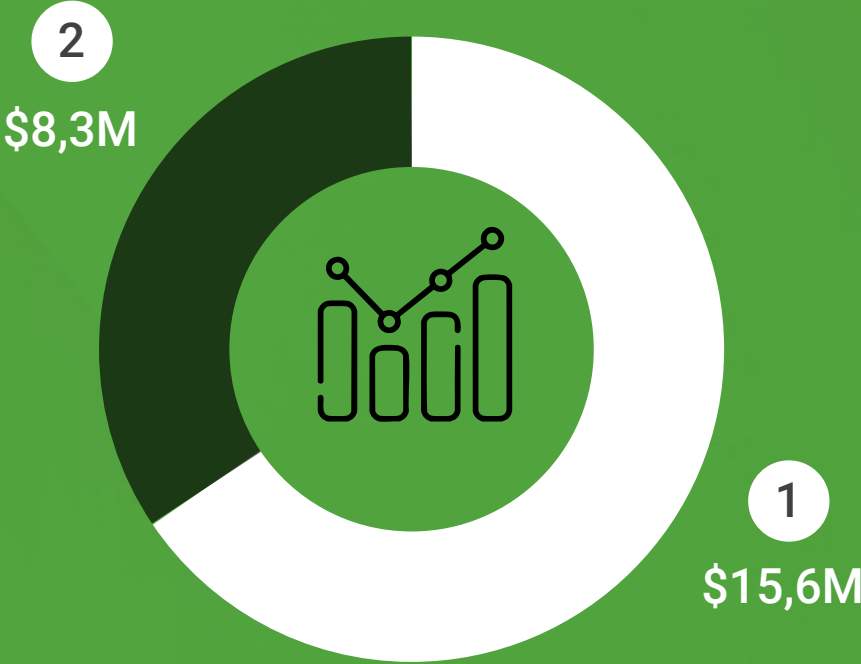
recursos
disponíveis

US\$

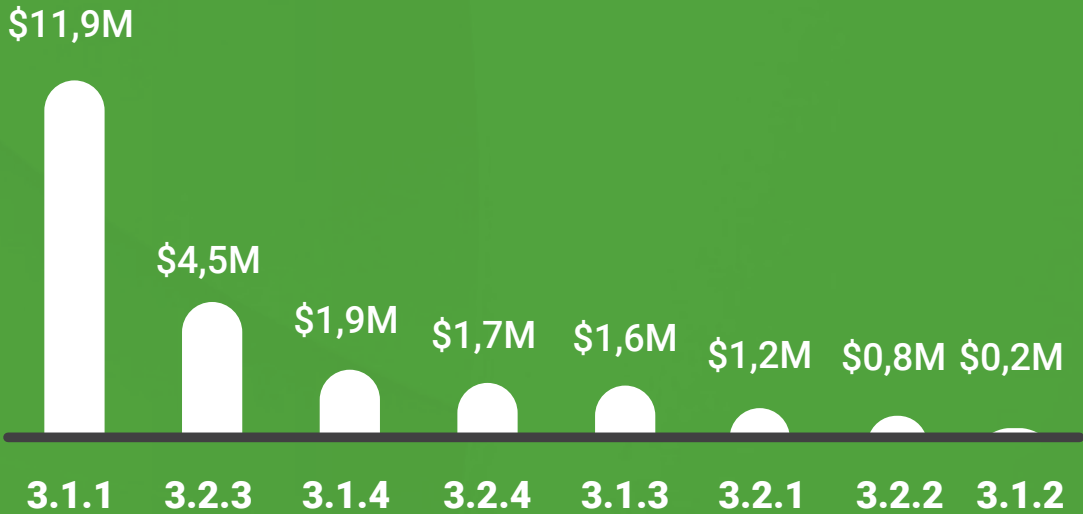
24M

recursos
executados

RECURSOS EXECUTADOS
POR RESULTADO



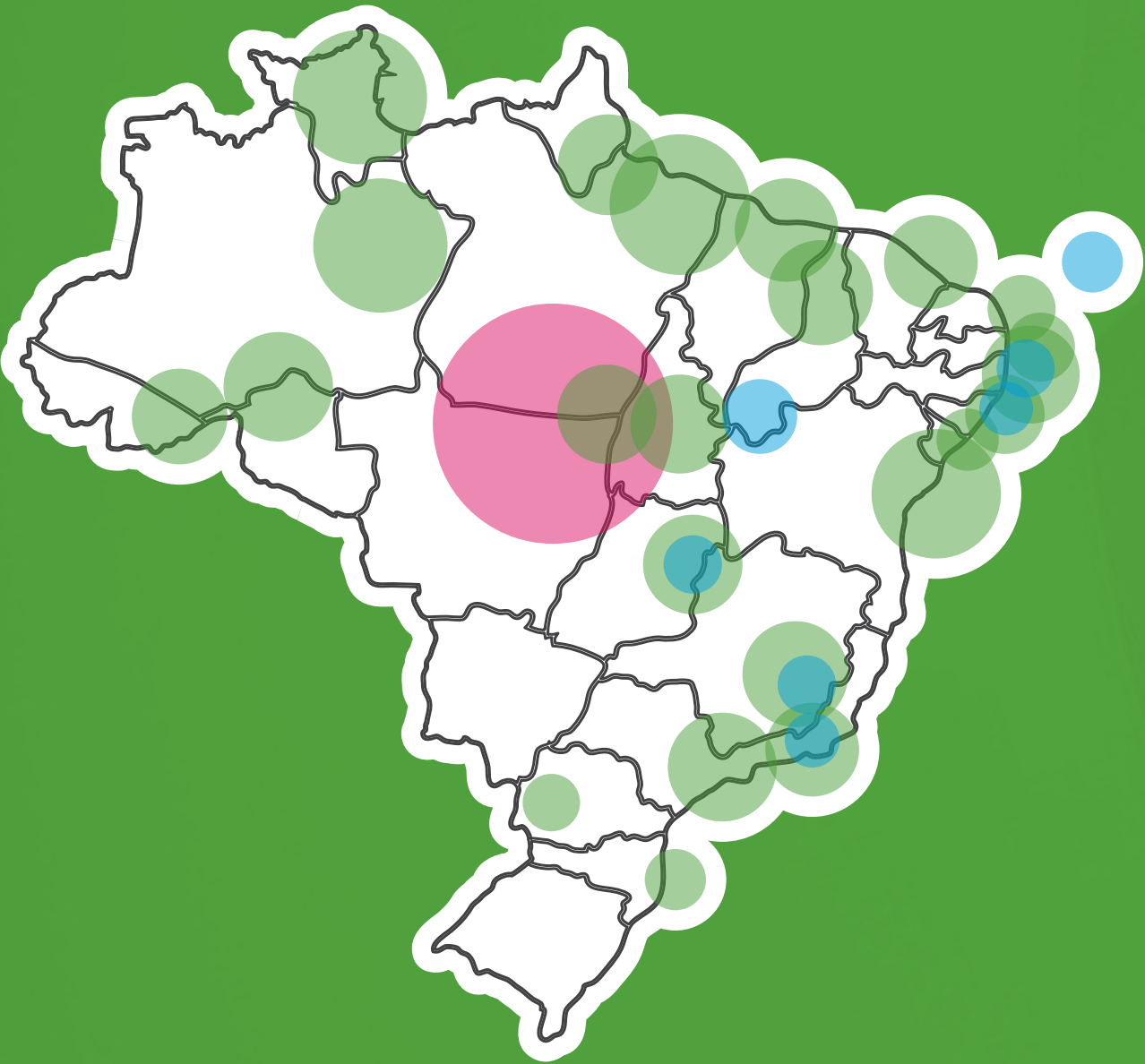
RECURSOS EXECUTADOS
POR PRODUTO



RECURSOS
EXECUTADOS
POR ODS



INICIATIVAS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA



- Nível Nacional
- Nível Estadual
- Nível Municipal

O crescimento desordenado das cidades, a fragilidade do planejamento urbano e as deficiências no monitoramento ambiental, somados às profundas desigualdades regionais, representam desafios significativos para o desenvolvimento ambiental do país, impactando tanto o meio ambiente quanto a qualidade de vida da população. As secas intensas e prolongadas que afetaram a porção norte do país e as enchentes que devastaram os territórios mais ao sul foram exemplos concretos desses impactos.

O Sistema ONU em 2024 estabeleceu como prioridades para as áreas de meio ambiente e mudanças do clima o apoio ao Plano de Transformação Ecológica, que vincula desenvolvimento econômico e ambiental, e o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, que reúne estratégias nacionais para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e se adaptar aos impactos da mudança do clima.

O trabalho da ONU ao longo do ano para a promoção da sustentabilidade ambiental considerou também o componente social. Um dos destaques foi a mobilização de recursos para o Fundo Brasil-ONU para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia junto ao governo do Canadá. Esses recursos serão destinados a projetos que privilegiem a igualdade de gênero entre seus objetivos e atividades.

As iniciativas desenvolvidas a partir deste eixo temático impulsionaram infraestruturas resilientes ao clima, a educação ambiental, a igualdade de gênero e o apoio a comunidades tradicionais, inclusive com ações de melhoria do acesso à água e a saneamento. Além disso, visaram ao combate à desertificação e à proteção da biodiversidade, com impactos positivos sobre o bem-estar de milhares de pessoas.

Na área de conservação da biodiversidade, a ONU apoiou os esforços do Brasil para implementar protocolos internacionais de biodiversidade, auxiliando na criação de um sistema nacional de gestão de recursos genéticos. Ações específicas promoveram práticas sustentáveis de biodiversidade, beneficiando mais de 4.500 produtores rurais, com ênfase na redução do desmatamento, na conservação ambiental e na equidade de gênero. Cerca de 1.100 famílias rurais adotaram práticas agropecuárias mais sustentáveis para reduzir o desmatamento e a desertificação, após o mapeamento de 16 mil hectares no semiárido brasileiro.

As agências especializadas, fundos e programas contribuíram para a resiliência fornecendo assistência técnica a 247 organizações de agricultura familiar e implementando práticas sustentáveis de gestão da terra. Seus esforços apoiaram 75.000 famílias em atividades agroecológicas, incluindo a restauração de 1.000 hectares. Além disso, foram fornecidos 39 biodigestores e 355 ecofogões para melhorar os padrões de vida rural e foram instalados 216 sistemas de reuso de águas cinzas e 1.706 cisternas, para garantir disponibilidade de água em comunidades vulneráveis.

A ONU também enfrentou crimes ambientais apoiando o combate ao tráfico ilegal de madeira, com foco no monitoramento e na fiscalização. Foram introduzidas ferramentas portáteis de identificação de madeira e 150 profissionais foram treinados, levando a intervenções bem-sucedidas para interromper o comércio ilegal de espécies ameaçadas.

Além disso, a ONU trabalhou para melhorar a resiliência urbana e o acesso a serviços de água, saneamento e higiene (WASH) em regiões vulneráveis. Na Amazônia, um total de 64.000 pessoas de comunidades indígenas e ribeirinhas recebeu suporte essencial em WASH. Além disso, 56.000 meninas e mulheres participaram de iniciativas de saúde menstrual e empoderamento.

A governança ambiental também foi fortalecida. O Brasil preparou sua 5ª Comunicação Nacional e Relatórios Bienais de Transparência sobre emissões, enquanto o registro nacional de emissões treinou 204 participantes, 52% deles mulheres, alcançando uma média de 6.376 usuários por mês. Os esforços para eliminar substâncias nocivas avançaram, com programas visando evitar a emissão de 19,5 milhões de toneladas de CO₂ equivalente até 2030, contribuindo significativamente para as metas climáticas globais.

Com apoio do Sistema ONU, o Brasil foi o segundo país a apresentar o novo compromisso com a redução de gases de efeito estufa. O Estado brasileiro apresentou a sua terceira NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada) na COP29, com o compromisso de reduzir as emissões de gases do efeito estufa de 59% a 67% até 2035.

O engajamento juvenil também cresceu, com maior participação na ação climática e na tomada de decisões, garantindo que as vozes das comunidades marginalizadas fossem ouvidas. Mais de 2.500 jovens participaram de programas de liderança, adquirindo habilidades para promover mudanças em suas comunidades.

Indicadores de produto

1,3 milhão

de pessoas diretamente beneficiadas por iniciativas da ONU de proteção do meio ambiente e promoção do uso sustentável de recursos naturais

572

entidades capacitadas para a implementação de acordos ambientais multilaterais com apoio da ONU

146 mil

pessoas alcançadas por serviços de água potável e acessível apoiados pela ONU

EIXO 4

Governança e capacidades institucionais

Produtos

Resultados

4.1.1 Controle, desenvolvimento e aplicação do marco legal de transparência, integridade e combate à corrupção

4.1.2 Capacidades fortalecidas de participação e controle social

4.1.3 Políticas e programas para redução da criminalidade e violência

4.1.4 Cooperação Sul-Sul e Trilateral

4.1.5 Combate a crimes transnacionais e mitigação de seus impactos

Em 2027, o Brasil terá fortalecido, no marco do estado democrático de direito, sua governança, legislação, capacidades e articulação institucionais com ampliação da participação popular para elaborar e executar políticas públicas baseadas em evidências, em direitos humanos e igualdade de geração, gênero, raça e etnia, com vistas à prevenção e ao enfrentamento à corrupção, ao crime e às múltiplas formas de violência, e orientadas às especificidades do território e à transparência, com inovação, cooperação nacional e internacional, e ampla participação da sociedade.

4.2.1 Implementação de abordagens de equidade e direitos humanos

4.2.2 Gestão pública baseada em evidências

4.2.3 Capacidades de planejamento fortalecidas para a convergência das ações do Estado

Até 2027, a sociedade brasileira – especialmente grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade – terá maior acesso a bens e serviços públicos de qualidade, à inclusão digital e novas tecnologias, maior capacidade de exercer seus direitos e contribuir com o processo de tomada de decisão, livres de violência e discriminação, para redução das desigualdades sociais e promoção da igualdade de geração, gênero, raça e etnia.

5 IGUALDADE DE GÊNERO



10 REDUZIR AS DESIGUALDADES



16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES



17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO



RESULTADO 1

AFPs

- ACNUDH
- ACNUR
- FAO
- OIM
- OIT
- ONU-Habitat
- ONU Mulheres
- PNUD
- UNESCO
- UNFPA
- UNICEF
- UNODC
- UNOPS

ODS



Iniciativas	Recursos requeridos	Recursos disponíveis	Recursos executados
61	US\$ 56,2 milhões	US\$ 52,9 milhões	US\$ 32,7 milhões

Produto com maior implementação: 4.1.3 (US\$ 12,7 milhões)

RESULTADO 2

AFPs

- ACNUDH
- ACNUR
- ONU-Habitat
- ONU Mulheres
- PNUD
- UNESCO
- UNFPA
- UNICEF
- UNODC

ODS



Iniciativas	Recursos requeridos	Recursos disponíveis	Recursos executados
28	US\$ 12,4 milhões	US\$ 11,6 milhões	US\$ 6,8 milhões

Produto com maior implementação: 4.2.2 (US\$ 3,2 milhões)



89

iniciativas

US\$

\$69M

recursos
requeridos

US\$

\$64M

recursos
disponíveis

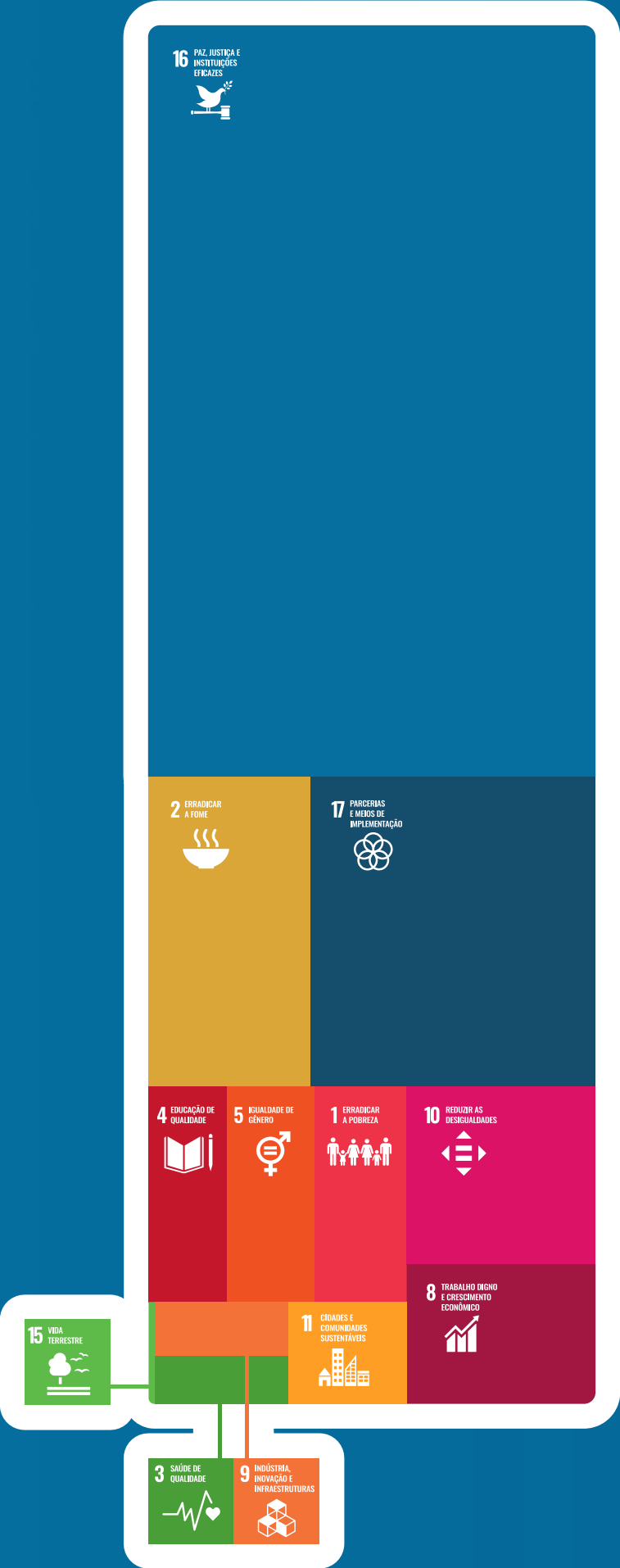
US\$

\$39M

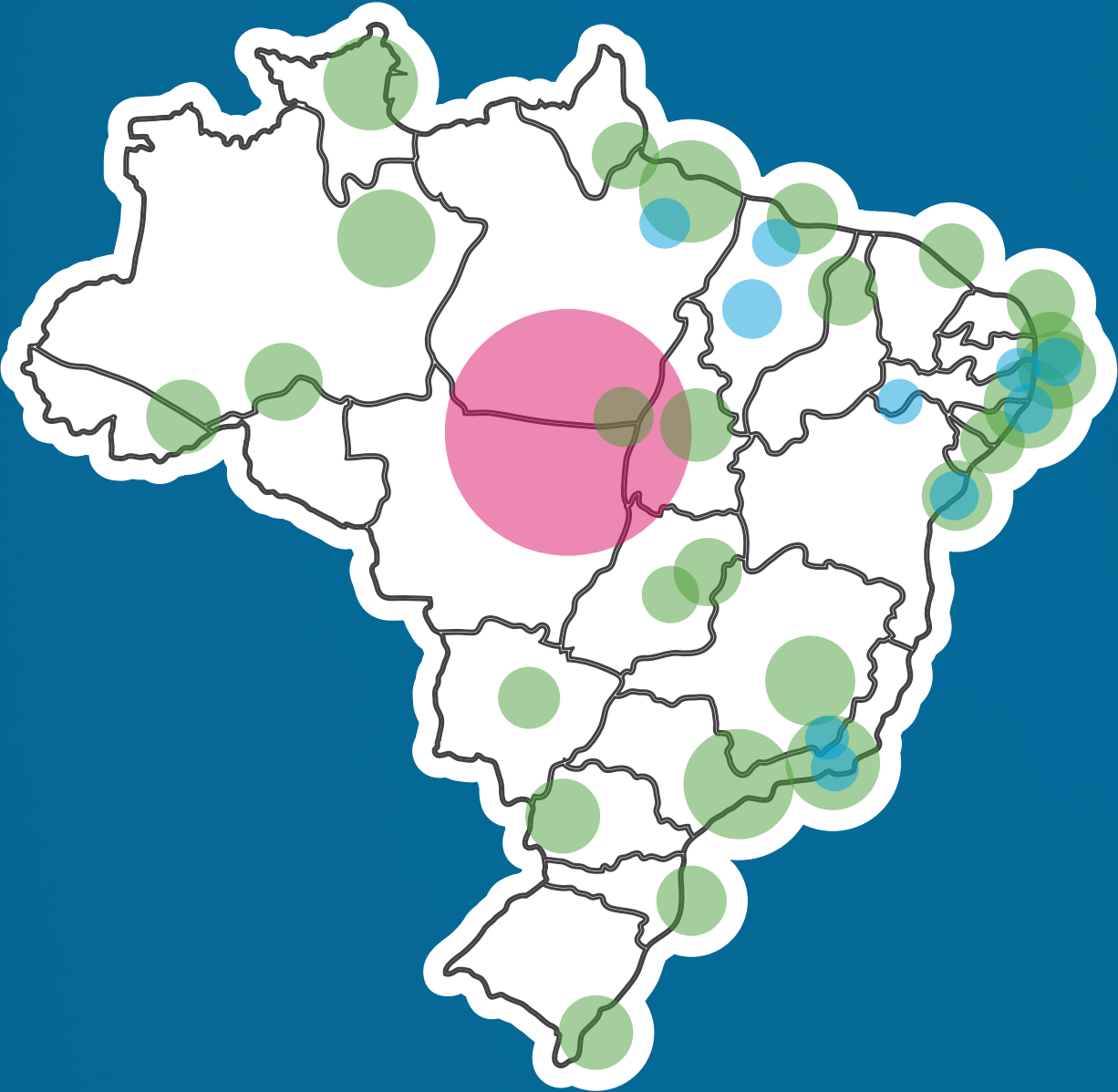
recursos
executados



RECURSOS
EXECUTADOS
POR ODS



INICIATIVAS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA



- Nível Nacional
- Nível Estadual
- Nível Municipal

Com 89 iniciativas em todo o território nacional, que incluíram ações transfronteiriças, o Sistema das Nações Unidas trabalhou junto às instituições brasileiras para ampliar a transparência, a integridade e a participação e o controle social, além de combater a corrupção, a violência e a criminalidade. Apoiou avanços significativos em diversos setores, fortalecendo políticas públicas e programas que promovem os direitos humanos, a inclusão e o desenvolvimento sustentável.

As prioridades temáticas do ano foram o fortalecimento da participação social entre grupos em situação de vulnerabilidade e a implementação e o monitoramento dos compromissos internacionais e das recomendações dos mecanismos do Sistema Internacional de Direitos Humanos.

O apoio da ONU à presidência do Brasil no G20 incluiu o fortalecimento dos processos participativos do Estado brasileiro. O Sistema ONU atuou ainda para favorecer a participação de grupos diversos em outras instâncias decisórias, como conferências nacionais relacionadas e políticas públicas. Com isso, mais de 1,9 milhão de pessoas foram beneficiadas e puderam ser ouvidas nesses fóruns nacionais e internacionais.

Mais de 6,3 mil profissionais das esferas pública e privada foram capacitados para promover transparência e controle social e combater a corrupção. A ONU apoiou, ainda, a implementação de soluções de prevenção ao crime e à violência e de resposta ao garimpo ilegal, especialmente em territórios indígenas. No campo da justiça, as ações visaram ao fortalecimento de protocolos de julgamento com perspectiva racial. Por meio do Observatório Parlamentar da RPU, a ONU, juntamente com o Congresso Nacional, promoveu o engajamento da sociedade civil, do Estado e do Parlamento no acompanhamento dos mecanismos internacionais de direitos humanos.

Para promover a igualdade de gênero na governança ambiental, a ONU, o governo brasileiro e instituições chave trabalharam juntos para garantir que as vozes das mulheres sejam ouvidas nos processos de tomada de decisão climática, com foco na integração de políticas sensíveis ao gênero na ação climática. Em 2024, 820 líderes mulheres participaram de sessões de treinamento e programas de advocacy com o objetivo de fortalecer seu papel na governança ambiental.

Na região do Tapajós, na Amazônia, 1.100 pessoas foram treinadas sobre trabalho forçado e tráfico de pessoas, com o objetivo de prevenir o tráfico principalmente de mulheres e crianças. A ONU apoiou a elaboração e o lançamento do 4º Plano Nacional de Combate ao Tráfico de Pessoas, desenvolvido pelo Ministério de Justiça e Segurança Pública.

Esforços para reduzir as desigualdades socioespaciais e avançar em políticas urbanas sustentáveis foram essenciais para ampliar metodologias participativas de planejamento em distritos urbanos e rurais, gerando dados-chave para apoiar iniciativas alinhadas aos ODS. As ações nessa área aumentaram a transparência na tomada de decisões e elevaram a conscientização pública sobre políticas urbanas sustentáveis, além de contribuir para melhorar a colaboração intergovernamental e fortalecer a capacidade de gestão pública.

Novas metodologias foram desenvolvidas para melhorar a coleta de dados sobre a situação de rua, levando a políticas públicas mais bem informadas. Uma grande iniciativa avaliou e propôs estratégias para a realização de um censo nacional sobre a situação de rua e a integração de dados administrativos para monitorar a situação de pessoas em situação de rua ao longo do tempo.

O Sistema ONU apoiou a organização de um evento paralelo do G20 focado na coleta de dados e nas políticas públicas para abordar a situação de rua, reforçando o compromisso global de enfrentar essa questão urgente.

Os esforços para preservar o patrimônio cultural e linguístico indígena progrediram com o desenvolvimento de materiais pedagógicos, enciclopédias multimídia e dicionários para várias línguas indígenas. Mais de 480 pessoas indígenas foram capacitadas na documentação e salvaguarda de seu patrimônio cultural.

O Brasil viu avanços significativos nas políticas de educação inclusiva, especialmente com a atualização bem-sucedida da Política Nacional de Educação Especial. Novas diretrizes operacionais foram desenvolvidas para apoiar estudantes que recebem educação em hospitais e em casa, e ferramentas foram criadas para monitorar programas de alfabetização e melhorar o acesso à educação em áreas rurais e marginalizadas. Atenção especial foi dada à educação indígena, à equidade de gênero nas escolas e à promoção da cidadania e dos direitos humanos para estudantes LGBTQIA+. Quase 6 mil escolas adotaram protocolos e práticas pedagógicas para prevenir e responder à violência contra crianças. Essas ações contribuíram para expandir as oportunidades de aprendizagem e fomentar ambientes educacionais mais inclusivos.

Indicadores de produto

815 mil

pessoas tiveram acesso à justiça com apoio da ONU

5420

pessoas capacitadas em prevenção e combate à corrupção, com o apoio da ONU

3062

pessoas beneficiadas por programas de prevenção ao trabalho infantil, trabalho forçado e tráfico de pessoas

16

iniciativas sensíveis ao gênero que promovem os direitos humanos, previnem conflitos e fortalecem a justiça e a coesão social

- **Relação das ações humanitárias e de desenvolvimento sustentável**

Resultados

5.1.4 Políticas públicas e estratégias de redução de riscos e gestão de desastres baseadas em evidências

Até 2027, o Brasil terá suas estratégias, políticas públicas e capacidades institucionais fortalecidas e ampliadas, em todos os níveis de governo e em articulação com o setor privado e a sociedade civil, para prevenir, mitigar e responder a crises humanitárias e desastres, com base em evidências, com especial atenção às populações afetadas, às pessoas migrantes e apátridas e demais grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade, em sua diversidade, combatendo a xenofobia e a intolerância e promovendo o respeito aos direitos humanos, a igualdade de geração, gênero, raça e etnia e o desenvolvimento.

RESULTADO 1

AFPs

- ACNUR
- OIM
- ONU-Habitat
- ONU Mulheres
- UNAIDS
- UNDRR
- UNFPA
- UNICEF
- UNOPS

ODS



Iniciativas	Recursos requeridos	Recursos disponíveis	Recursos executados
36	US\$ 30,9 milhões	US\$ 24 milhões	US\$ 23,6 milhões

Produto com maior implementação: 5.1.1 (US\$ 19,8 milhões)



36

iniciativas

US\$

\$31M

recursos
requeridos

US\$

\$24M

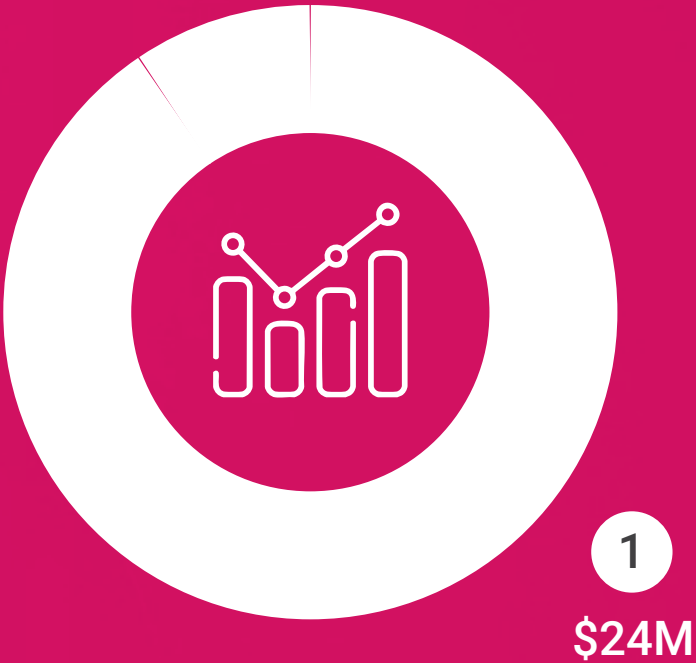
recursos
disponíveis

US\$

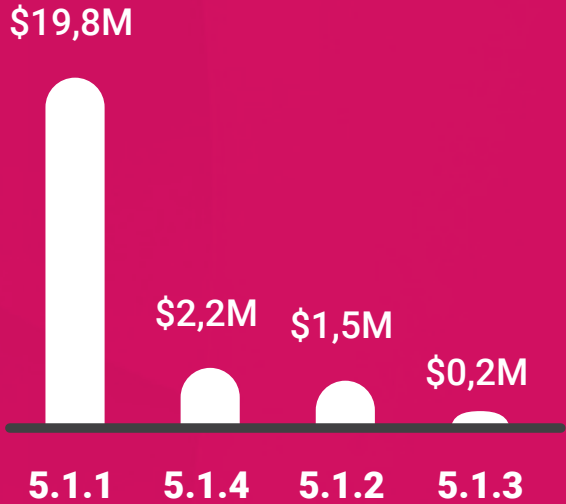
\$24M

recursos
executados

RECURSOS EXECUTADOS
POR RESULTADO



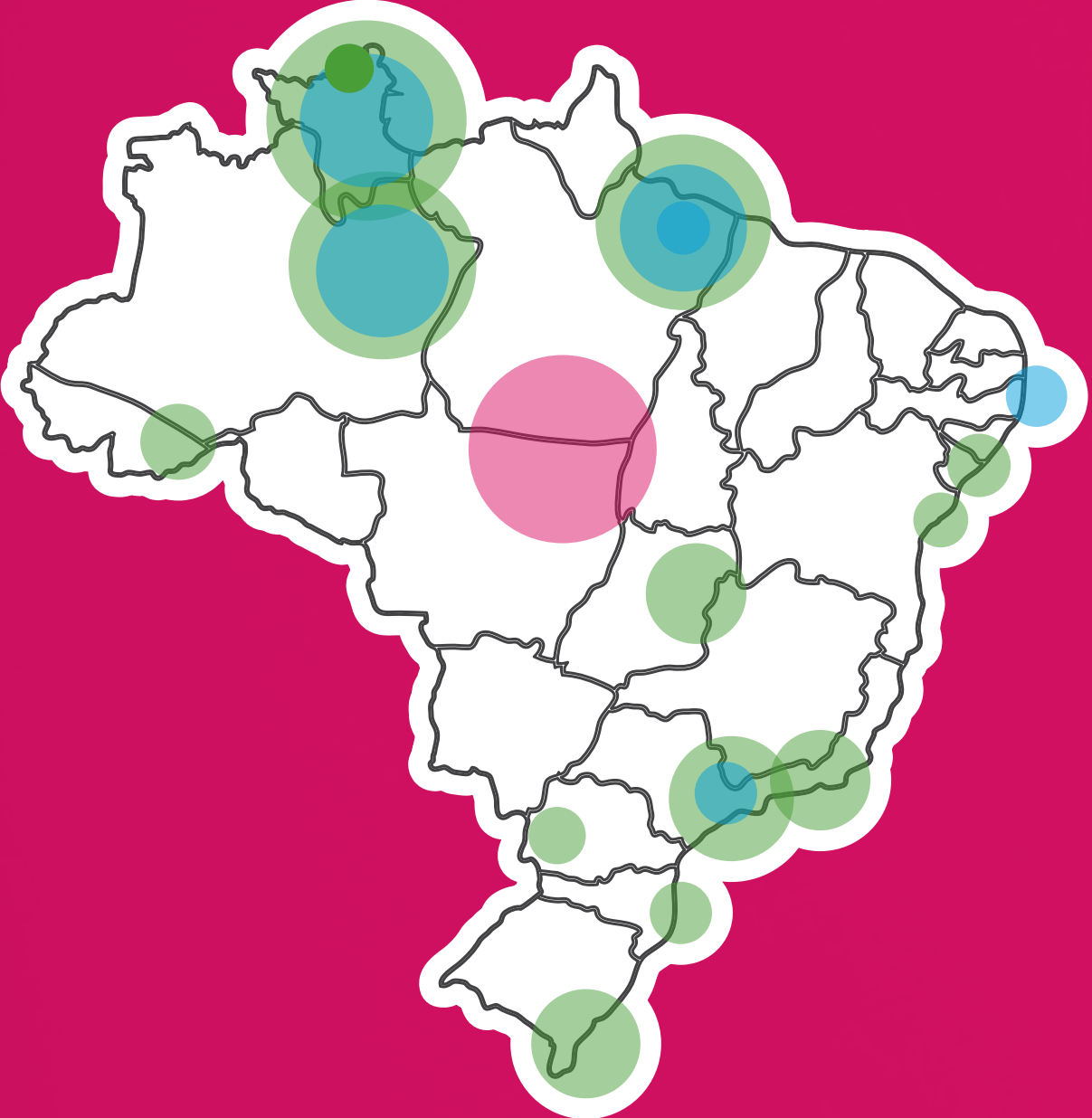
RECURSOS EXECUTADOS
POR PRODUTO



RECURSOS
EXECUTADOS
POR ODS



INICIATIVAS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA



- Nível Nacional
- Nível Estadual
- Nível Municipal

Em 2024, duas prioridades foram estabelecidas pelo Sistema das Nações Unidas para a implementação do eixo que trata da relação das ações humanitárias e de desenvolvimento sustentável. A primeira foi o fortalecimento de políticas públicas para gestão de riscos, resposta humanitária, interiorização e integração de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas. A segunda foi a coordenação e atuação na gestão de riscos, prevenção, preparação e resposta a desastres, incluindo as atuações humanitária e de desenvolvimento.

No contexto das graves enchentes que levaram caos e destruição a quase todo o estado do Rio Grande do Sul, a concentração da atuação do Sistema ONU nessas duas áreas prioritárias foi indispensável. Além da resposta continuada ao influxo de migrantes e refugiados venezuelanos no Norte do país, na qual a ONU vem trabalhando desde 2018 em parceria com o governo brasileiro, as agências especializadas, fundos e programas precisaram mobilizar recursos financeiros e humanos rapidamente para dar conta da emergência climática no Sul. As entidades da ONU também atuaram na resposta à seca na região amazônica e seguiram apoiando o Brasil para controlar a emergência em saúde pública na terra Yanomami.

A ONU rapidamente se mobilizou em apoio aos governos municipais, estadual e federal de modo a garantir que a população afetada pelas enchentes no Rio Grande do Sul tivesse acesso aos recursos necessários para atravessar o período mais crítico e se preparar para a recuperação e a reconstrução do estado e de seus meios de vida. Abrigamento, alimentação e nutrição, acesso a serviços de educação e saúde, inclusive saúde mental e reprodutiva, proteção, principalmente de mulheres e crianças em contextos de abrigos e prevenção à violência estiveram entre as prioridades

de ação da ONU, que colocou a serviço do Estado brasileiro e da população gaúcha toda a sua experiência na estruturação de respostas humanitárias em emergências.

Com apoio da ONU, três Centros Humanitários de Acolhimento (CHA) foram estabelecidos para receber cerca de mil pessoas. A implantação de protocolos de atendimento e proteção e o treinamento de pessoal estiveram entre as atividades desenvolvidas pelas Nações Unidas. Mais de 320 trabalhadores humanitários de 14 municípios foram treinados em técnicas de coordenação e gestão de abrigos. Mais de 580 mil refeições foram servidas ao longo do ano.

Durante a emergência, entidades da ONU também investiram em aprimorar as condições de vida para as populações deslocadas. No total, 200 dispositivos de energia solar foram distribuídos para melhorar o acesso à energia em comunidades vulneráveis, e 75 abrigos transitórios foram reabilitados em áreas afetadas, impactando mais de 78 mil pessoas. Os esforços de reestabelecimento dos serviços de educação incluíram o fortalecimento da gestão do sistema público de saúde para assegurar igualdade, proteção e inclusão de grupos vulneráveis.

No Norte do país, por meio da Operação Acolhida, que continua sendo um pilar do trabalho humanitário da ONU no Brasil, 33.808 indivíduos receberam assistência vital de transporte humanitário como parte da Estratégia de Realocação Voluntária de refugiados e migrantes venezuelanos. As iniciativas da ONU possibilitaram que 9.816 migrantes e refugiados acessassem serviços críticos de saúde primária e que 13.857 pessoas fossem vacinadas, garantindo proteção contra doenças preveníveis. Para garantir a documentação adequada e o status legal, 122.333 pessoas receberam apoio para cadastro e documentação, passo crucial para acessar direitos e serviços.

Paralelamente, esforços significativos foram feitos para apoiar os meios de subsistência e promover a autossuficiência e 6.133 pessoas participaram de diferentes ações para se integrar ao mercado de trabalho brasileiro, com 770 migrantes e refugiados sendo colocados em empregos. Além disso, 32 vítimas de tráfico de pessoas foram identificadas e receberam cuidados especializados, destacando a importância da proteção e apoio às populações mais vulneráveis. Para aprimorar a proteção, 2.000 indivíduos participaram de sessões informativas sobre tráfico de pessoas em contextos migratórios, enquanto 685 migrantes e refugiados participaram de sessões de conscientização sobre violência baseada no gênero.

Treinamento e capacitação foram componentes chave da estratégia da ONU no Brasil, ajudando as autoridades locais a melhorar sua preparação e resposta a emergências. Um total de 1.897 pessoas foi treinado em Coordenação e Gestão de Campos (CCCM) em oito estados, garantindo a implementação de normas internacionais para abrigos e proteção.

Em 2024, a ONU fortaleceu sua posição como parceira estratégica do governo brasileiro em WASH, fornecendo assistência técnica para o desenho de estratégias nacionais e iniciativas piloto importantes para promover o direito à água, saneamento e higiene entre comunidades das regiões Norte e Nordeste e em situação humanitária. Essas ações beneficiaram 64.000 pessoas em 196 comunidades indígenas e ribeirinhas nas regiões amazônicas e contribuíram estrategicamente para atender às necessidades urgentes de mais de 29.000 pessoas afetadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul, além de fornecer assistência crítica a 22.000 crianças e adolescentes venezuelanos em Roraima.

Indicadores de produto

331 mil

pessoas refugiadas, migrantes ou de comunidades de acolhimento participaram de iniciativas de integração e coesão social

5

medidas de alerta precoce e preparação implementadas, com o apoio da ONU, para gerenciar o impacto de conflitos, desastres, pandemias e outros choques

24

programas e serviços foram criados ou fortalecidos com apoio da ONU para prevenir o tráfico de pessoas, proteger as vítimas e responsabilizar os criminosos

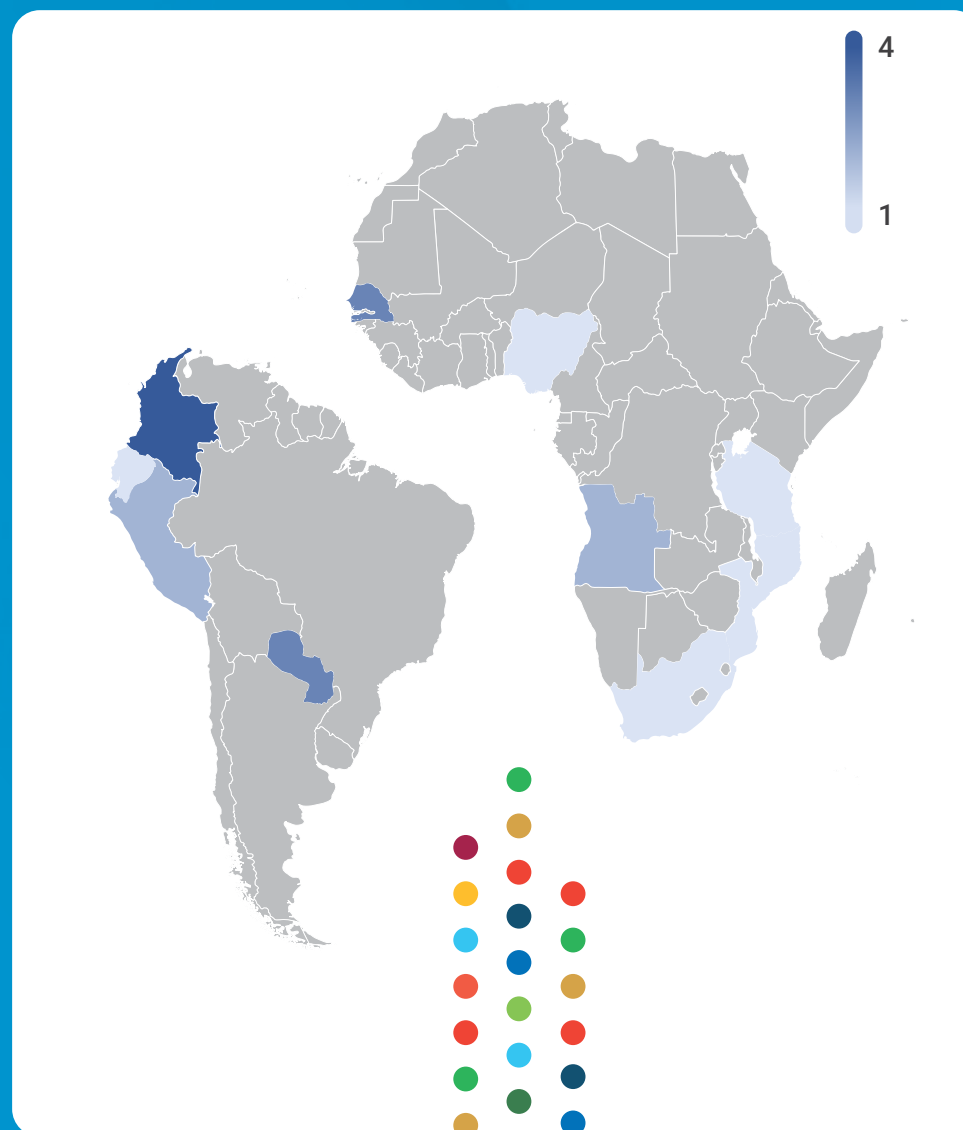
Cooperação Sul-Sul e Trilateral

Durante o ano de 2024, a ONU no Brasil implementou 17 iniciativas que continham elementos de cooperação sul-sul e outras formas de colaboração entre países do Sul global, inclusive cooperação trilateral. O país com maior número de iniciativas foi a Colômbia, com quatro. Em termos regionais, 9 países da África e 7 países da América Latina foram beneficiados por essas iniciativas. Além disso, 6 destinavam-se à região da América Latina como um todo.

Em 2024, as ações de cooperação Sul-Sul concentraram-se no fortalecimento das capacidades locais para formulação e monitoramento de políticas públicas, com foco no empoderamento econômico das mulheres rurais e na promoção de práticas agrícolas sustentáveis. A troca de conhecimentos e experiências entre países contribuiu para o aumento do acesso das mulheres rurais a políticas públicas e a recursos financeiros, como crédito e acesso à terra. Projetos voltados para a melhoria da produção agrícola, especialmente no cultivo de algodão, resultaram em ganhos significativos de produtividade em regiões específicas.

Houve um esforço contínuo para combater o crime organizado transnacional, com iniciativas de monitoramento e controle de crimes ambientais, como a exploração ilegal de madeira e a proteção de fauna, com ênfase na aplicação de novas tecnologias. A cooperação também se deu por meio da inovação nos processos administrativos, como a melhoria na regulamentação de produtos agrícolas, visando maior transparência e eficiência.

INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL



Nossas histórias

O Sistema das Nações Unidas no Brasil busca uma comunicação direta com a população por meio de canais oficiais nas principais redes sociais e de um site atualizado com notícias, histórias, vídeos e informações sobre suas ações no país e no mundo, destacando seu impacto positivo na vida das pessoas. Ao longo do ano, foram produzidas centenas de conteúdos informativos, 120 vídeos, além de 35 campanhas.

REDES SOCIAIS

 1,23 milhão de seguidores / 75,8 milhões de visualizações

 710 mil seguidores / 1,1 milhão de visualizações

 369 mil seguidores

 279 mil seguidores

 87 mil seguidores / 252 mil visualizações

 167,6 mil seguidores / 1,9 milhão de visualizações

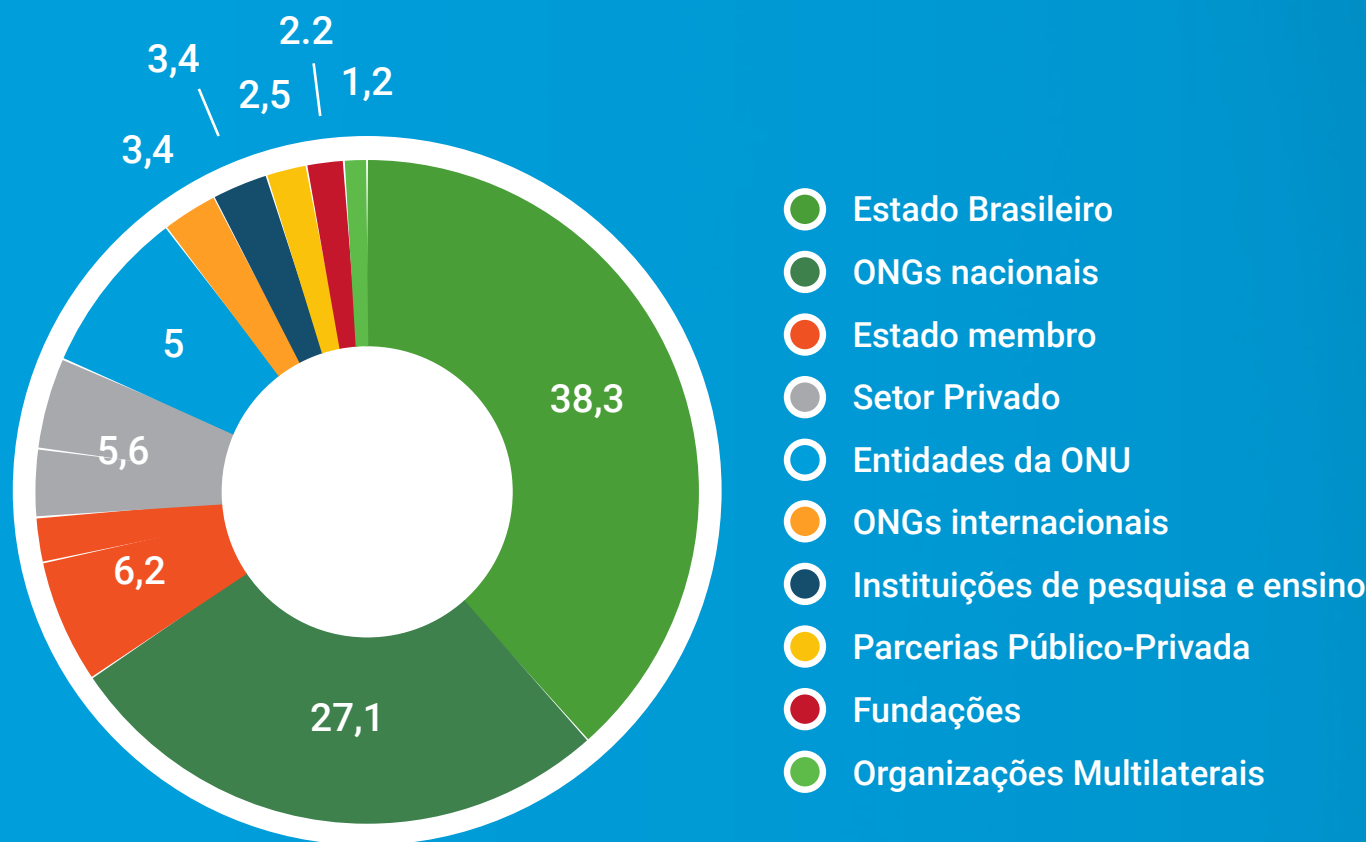
Total: 2,8 milhões de seguidores / 79 milhões de visualizações

SITE

420 novos conteúdos publicados e 11,7 milhões de visualizações

Financiamento e Parcerias

PARCEIROS IMPLEMENTADORES POR TIPO DE PARCEIRO (%)

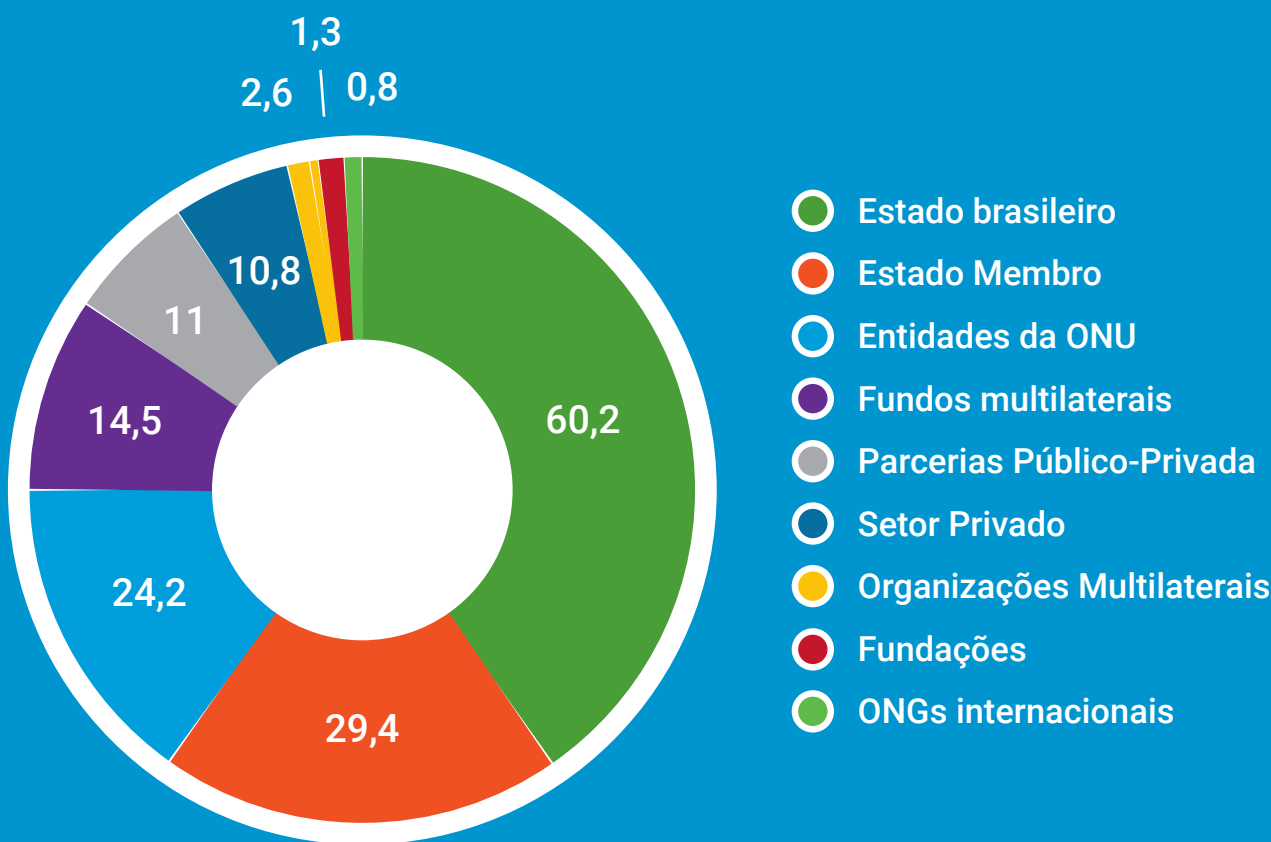


Dos 341 parceiros do Sistema ONU no país, 145 contribuem financeiramente com a implementação das atividades do Marco de Cooperação e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Parceiros

O estabelecimento de parcerias e estratégias de financiamento inovadoras para o desenvolvimento sustentável são cruciais para acelerar a implementação da Agenda 2030 no país. Ao longo de 2024, o Sistema ONU trabalhou com 341 parceiros, entre eles o Estado brasileiro, inclusive os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de governos estaduais, municipais, federações e consórcios de governos.

RECURSOS EXECUTADOS POR TIPO DE DOADOR (US\$)





Maiores doadores de 2024

O maior doador do Sistema das Nações Unidas em 2024 foi o Estado brasileiro, com 98,8 milhões de dólares disponíveis em 2024. Na tabela a seguir, são apresentados os maiores parceiros do Sistema ONU em 2024, por volume de doações. O Estado brasileiro é apresentado desagregado pelos diferentes órgãos que apoiaram o trabalho das Nações Unidas em 2024.

Conselho Nacional de Justiça • US\$27,3M

Governo dos Estados Unidos da América • US\$23,2M

Fundo Global para o Meio Ambiente/ Global Environment Facility • US\$13,4M

Agência Brasileira de Cooperação • US\$12,1M

Fundo Verde do Clima/ Green Climate Fund • US\$9,7M

Instituto Brasileiro do Algodão • US\$8,3M

Ministério da Educação • US\$5,9M

Itaipu Binacional • US\$5,1M

Governo do Estado de Rondônia • US\$4,9M

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística • US\$4,6M

Serviço Social do Comércio • US\$4,6M

Governo da Alemanha • US\$4,5M

Fundo Multilateral para a implementação do Protocolo de Montreal • US\$4,2M

Rede Globo • US\$3,7M

Governo Municipal de São Paulo • US\$3,4M

Ministério Público da União • US\$3,4M

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) • US\$3,2M

Ministério das Mulheres • US\$3,1M

Agência Espacial Brasileira • US\$3,0M

Advocacia Geral da União • US\$2,5M

Ministério dos Portos e Aeroportos • US\$2,0M

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) • US\$1,9M

União Europeia • US\$1,7M

Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional • US\$1,7M

Banco Interamericano de Desenvolvimento • US\$1,4M

Ministério da Fazenda • US\$1,3M

Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) • US\$1,3M

Governo Municipal de Belo Horizonte • US\$1,2M

Vale • US\$1,2M

Governo do Estado da Bahia • US\$1,1M

Governo de Luxemburgo • US\$1,1M

Governo do Canadá • US\$1,0M

Programas Conjuntos

Country Envelope – HIV/AIDS

O projeto busca garantir que todas as pessoas vivendo com HIV, ou em risco de infecção, tenham acesso justo e adequado a prevenção, tratamento e apoio. Fortalece comunidades prioritárias, incluindo mulheres, jovens e populações-chave, para que possam liderar ações de saúde e defender seus direitos. Além disso, promove melhorias nos sistemas de saúde, garantindo financiamento sustentável, serviços mais integrados e respostas eficazes a emergências de saúde pública.

ODS



Orçamento total do programa conjunto (até dez/25)
US\$ 560.000,00

Execução em 2024
US\$ 280.000,00

Início: janeiro/2024
Fim: dezembro/2025

AFPs envolvidas:

OIT UNFPA OPAS/OMS UNESCO UNAIDS (Coordenação)

Doador: UNAIDS Country Envelope

Programa de Prevenção à Violência e às Drogas em Pernambuco

A iniciativa busca desenvolver conhecimento e compartilhar metodologias inovadoras para fortalecer a prevenção da violência e do crime em Pernambuco. Com uma abordagem integrada, trabalha para reduzir riscos, fortalecer a proteção comunitária e apoiar pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo aquelas afetadas pelo uso prejudicial de álcool e outras drogas.

ODS



Orçamento total do programa conjunto (até dez/25)
US\$ 1.868.314,00

Execução em 2024
US\$ 232.654,00

Início: dezembro/2019
Fim: dezembro/2025

AFPs envolvidas:

PNUD ONU-HABITAT UNODC

Doador: Governo do Estado de Pernambuco

Direitos Humanos e Igualdade de Gênero nas Políticas Nacionais de Migração, Asilo e Apatridia do Brasil



O programa visa expandir e garantir a sustentabilidade dos resultados alcançados em iniciativas anteriores, integrando boas práticas e experiências sobre direitos humanos e gênero nas políticas nacionais de migração, asilo e apatridia. O foco é oferecer apoio técnico ao Governo brasileiro no desenvolvimento de políticas públicas que atendam às necessidades diferenciadas das mulheres e meninas refugiadas e migrantes, além de colaborar com a integração dessas necessidades em políticas-chave do Brasil.

.....

ODS



.....

Orçamento total do programa conjunto (até dez/25)

US\$ 2.050.000,00

.....

Execução em 2024

US\$ 374.676,00

.....

Início: dezembro/2023

Fim: dezembro/2025

.....

AFPs envolvidas:



.....

Doador: Governo de Luxemburgo

MPTF Migração - Fortalecendo capacidades de municípios de fronteira da Amazônia Brasileira para enfrentar os desafios da migração, mudança do clima e saúde



O Programa Conjunto busca fortalecer as capacidades de oito municípios fronteiriços na Amazônia brasileira para enfrentar os desafios da migração, das mudanças climáticas e da saúde. A iniciativa visa a melhorar o acesso dos migrantes a serviços essenciais, fortalecer os sistemas locais de saúde e promover a saúde comunitária, inclusive de povos indígenas transfronteiriços.

.....

ODS



.....

Orçamento total do programa conjunto (até dez/25)

US\$ 2.504.468,00

.....

Execução em 2024

US\$ 181.291,00

.....

Início: agosto/23

Fim: agosto/25

.....

AFPs envolvidas:



.....

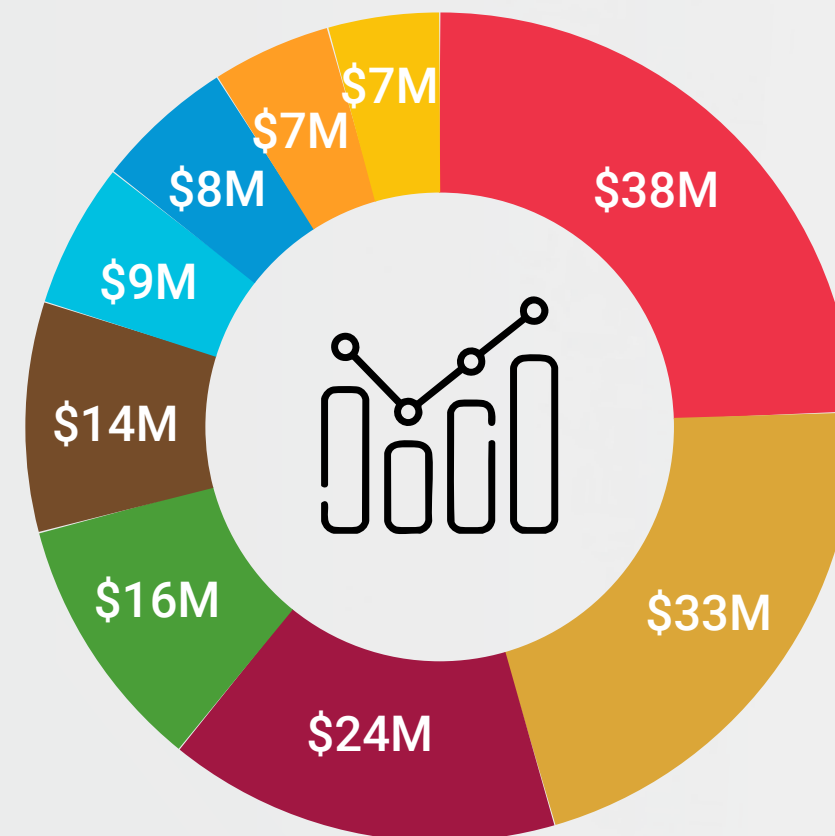
Doador: Migration Multi-Partner Trust Fund

Panorama Financeiro 2024

RECURSOS DISPONÍVEIS E EXECUTADOS POR EIXO TEMÁTICO

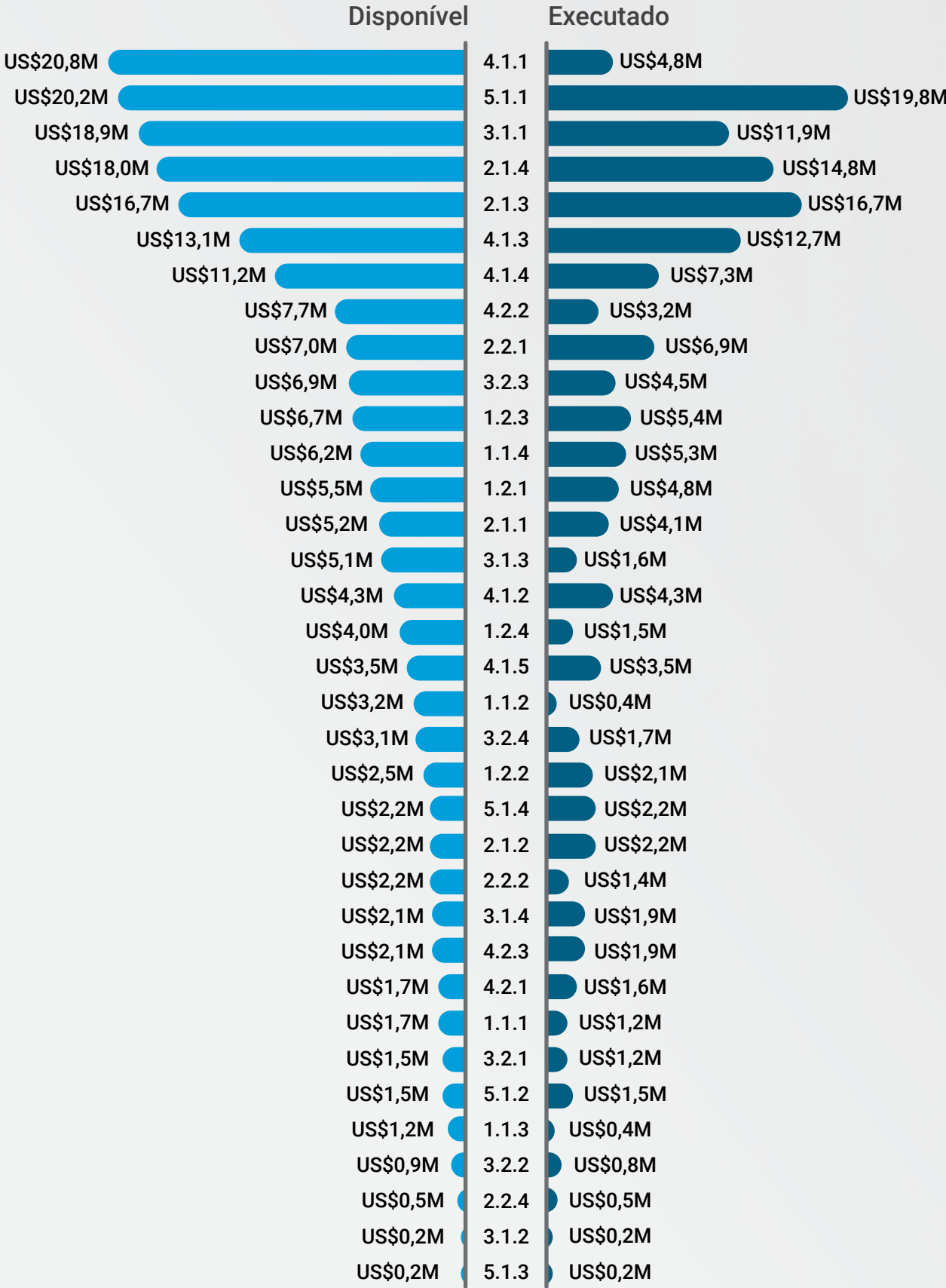


RECURSOS EXECUTADOS POR RESULTADO

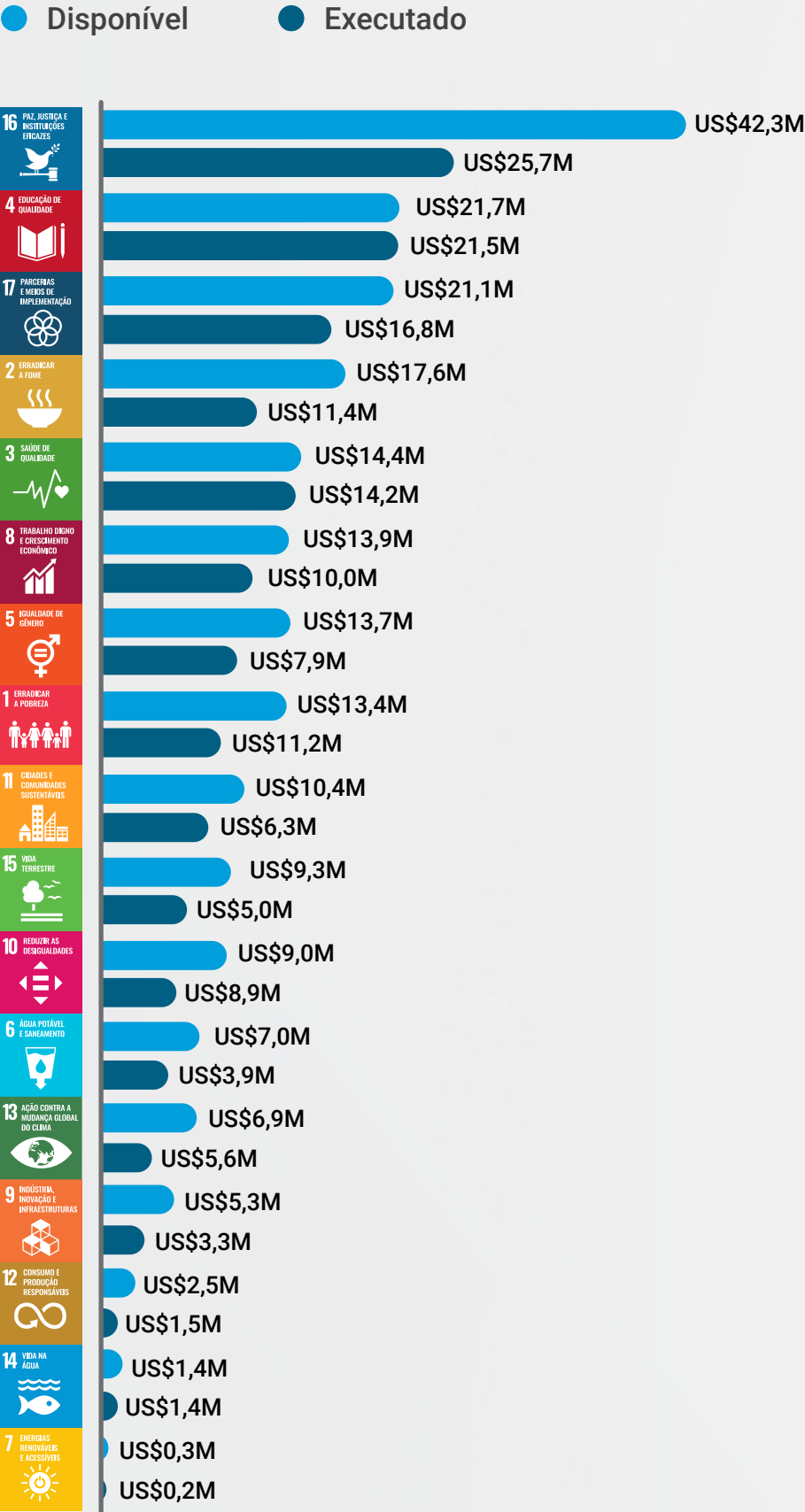


- Resultado 1.1
- Resultado 1.2
- Resultado 2.1
- Resultado 2.2
- Resultado 3.1
- Resultado 3.2
- Resultado 4.1
- Resultado 4.2
- Resultado 5.1

RECURSOS DISPONÍVEIS
E EXECUTADOS POR PRODUTO



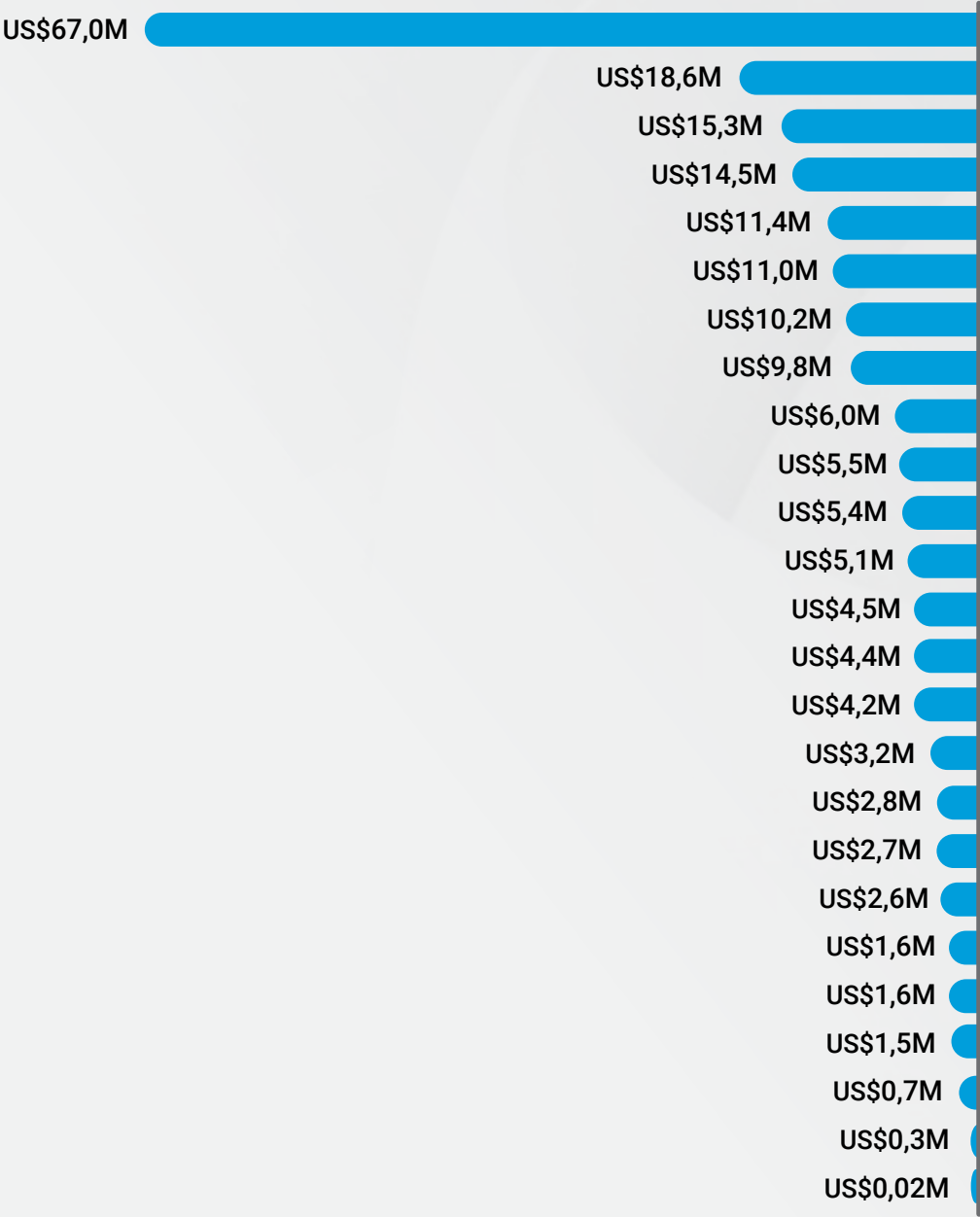
RECURSOS DISPONÍVEIS
E EXECUTADOS POR ODS



RECURSOS DISPONÍVEIS E
EXECUTADOS POR POPULAÇÃO



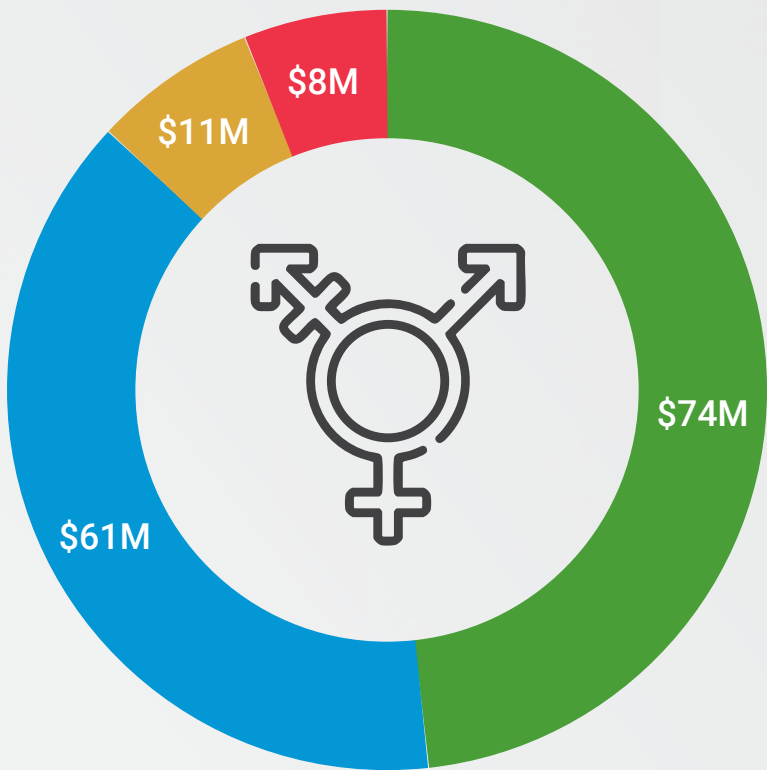
Disponível



Executado

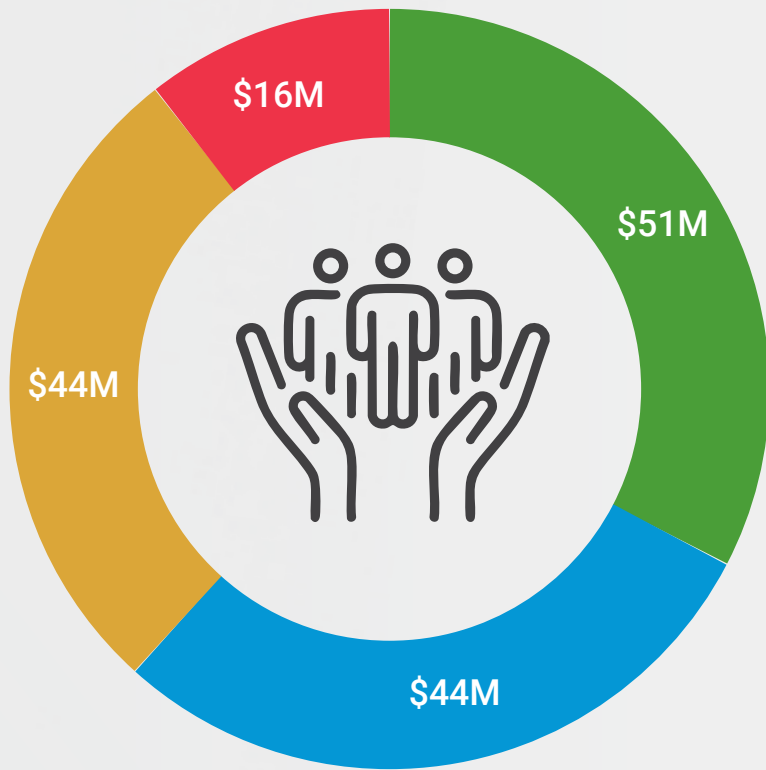


RECURSOS EXECUTADOS
PELO MARCADOR DE GÊNERO



- Igualdade de gênero/ empoderamento das mulheres é o objetivo principal
- Igualdade de gênero/ empoderamento das mulheres é um objetivo significativo
- Contribui de forma limitada para a gualdade de gênero/ empoderamento das mulheres
- Não se espera que contribua para a igualdade de gênero/ empoderamento das mulheres

RECURSOS EXECUTADOS PELO
MARCADOR DE DIREITOS HUMANOS



- Tem os Direitos Humanos como objetivo principal
- Contribui de forma significativa para os Direitos Humanos
- Contribui de forma limitada para os Direitos Humanos
- Não se espera que contribua diretamente para os Direitos Humanos

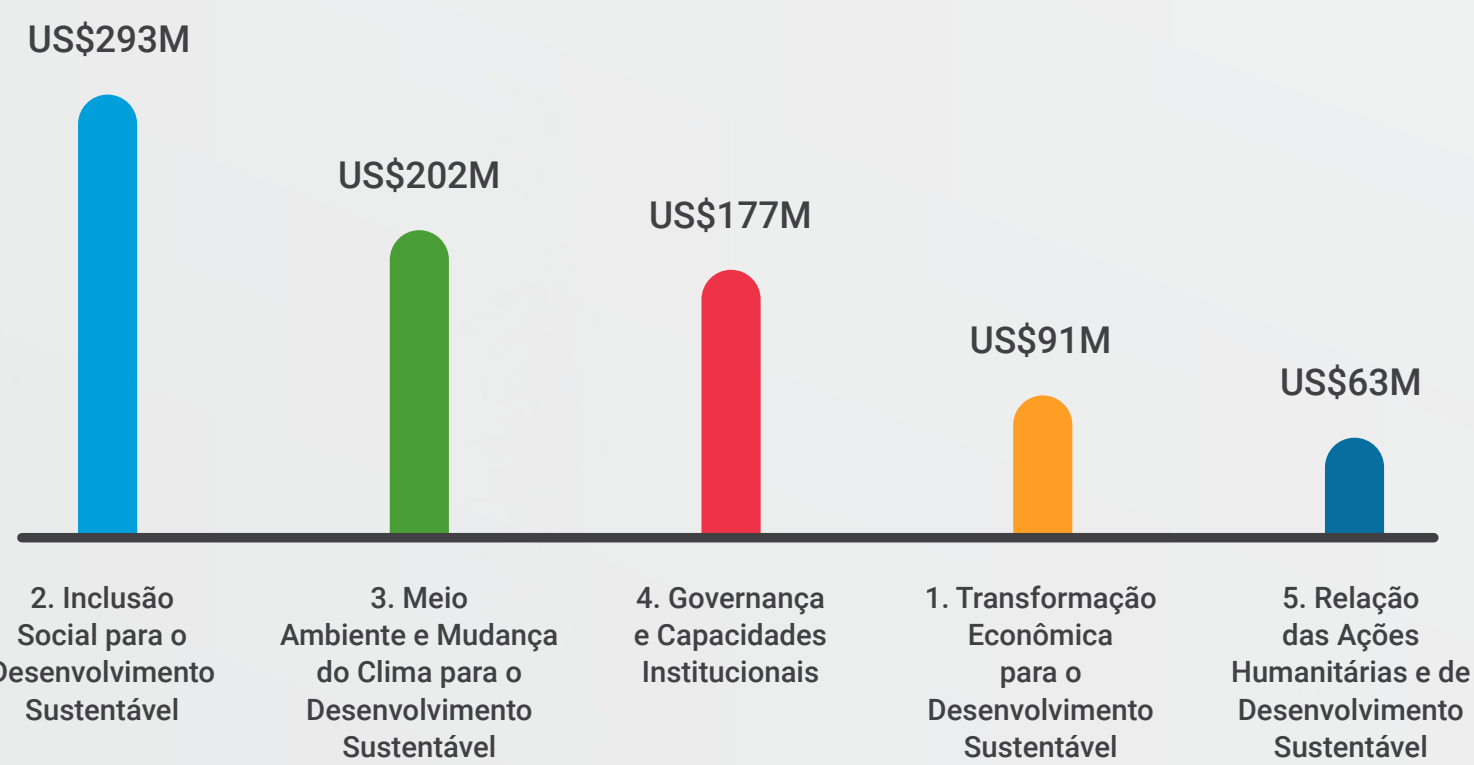
Financiamento para o Desenvolvimento

Para o período 2023-2027, o Sistema ONU no Brasil já mapeou 405 iniciativas vigentes durante o ciclo de implementação, com a expectativa de mobilizar 1 bilhão de dólares durante todo o período. Até 2024, o Sistema havia mobilizado 826,5 milhões de dólares, dos quais 300 milhões foram executados ente 2023 e 2024.

TOTAL DE RECURSOS DISPONÍVEIS 2023-2027



TOTAL DE RECURSOS DISPONÍVEIS POR EIXO ESTRATÉGICO 2023-2027



Mudanças geopolíticas em âmbito global têm afetado e alterado as tendências de financiamento do desenvolvimento sustentável e, mais especificamente, das operações das Nações Unidas em todo o mundo. As agências especializadas, fundos e programas atuando no Brasil já sentiram alguns efeitos dessas variações, mas ainda não há clareza sobre os impactos de longo prazo na implementação do Marco de Cooperação. Esforços de diversificação de fontes de financiamento e de intensificação da agenda de eficiência já estão avançando.

Apesar do cenário de incertezas, o Fundo Brasil-ONU para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia mobilizou a primeira contribuição para investir na melhoria de vida da população amazônica e promover o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões – econômica, social e ambiental. Durante a Cúpula do G20, no Rio de Janeiro, o governo do Canadá anunciou o aporte de 13 milhões de dólares canadenses, ou cerca de R\$ 55 milhões. O Fundo Brasil-ONU é uma iniciativa conjunta do Consórcio Interestadual para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, do Governo Federal e da Organização das Nações Unidas.

Efetividade e Eficiência

Em um contexto de demandas crescentes, ampliar a eficiência das operações é indispensável para aumentar o alcance e a sustentabilidade dessas ações.

O Sistema das Nações Unidas no Brasil lançou no dia 13 de maio seu novo e expandido centro de serviços compartilhados. Chamado de CBO (Common Back Office, em inglês), a iniciativa provê 70 linhas de serviços em três áreas: serviços comuns na Casa da ONU, compras e viagens, e administração e protocolo. Das 24 agências especializadas, fundos e programas no país, 15 já aderiram ao CBO.

Desde 2016, a ONU Brasil vinha de forma pioneira implementando um modelo simplificado de provisão de serviços compartilhados, centrados principalmente em compras e viagens. Justamente por esta experiência consolidada, o Brasil foi selecionado pelas Nações Unidas para ser um dos cinco países-piloto na criação do centro de serviços compartilhados, com maior oferta e abrangência.

O CBO é parte da Agenda de Eficiência, iniciativa estratégica da ONU em todo o mundo para tornar a organização mais ágil e eficiente e, portanto, mais bem preparada para lidar com os grandes desafios enfrentados pela humanidade, como a crise climática e o combate à pobreza e às desigualdades.

O Brasil é o único país na região da América Latina e Caribe que executa os três eixos da Agenda de Eficiência da ONU, que inclui uma estratégia comum de operações que já gerou redução de custos de US\$ 1,9 milhão e espera chegar a US\$ 4,6 milhões em 10 anos.

EM NÚMEROS: RESULTADOS DO CBO

Participantes

15 agências especializadas, fundos e programas

Serviços de compras

1.109 processos de aquisição realizados, totalizando US\$ 31,6 milhões

Serviços de viagem

22.000 viagens processadas, resultando em US\$ 1,3 milhão em economia de custos (13,16%)

Serviços comuns

3.000 serviços prestados na Casa da ONU

Greening the Blue

75 membros da equipe treinados em iniciativas de sustentabilidade

Infraestrutura

4 projetos de melhoria de infraestrutura concluídos

Cenário 2025

A principal prioridade das agências especializadas, fundos e programas da ONU no Brasil é acelerar a implementação dos cinco eixos temáticos do Marco de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável, que reafirma o compromisso da ONU com o Estado brasileiro e apresenta propostas concretas para seguir apoiando o país no cumprimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A ONU já tem 272 iniciativas programadas para serem executadas durante 2025, com US\$ 222 milhões de recursos requeridos e US\$ 177 milhões já disponíveis. Essas iniciativas, elaboradas a partir dos resultados esperados expressos no Marco de Cooperação, estão alinhadas com as prioridades globais das Nações Unidas e o contexto nacional, em suas dimensões políticas, sociais e econômicas.

Prioridades globais

É consenso que a ação pela Agenda 2030 em todo o mundo não caminhou no ritmo esperado e, para acelerar o passo, a ONU reativou o compromisso global com o enfrentamento dos grandes desafios coletivos e com o progresso do desenvolvimento sustentável por meio da Cúpula do Futuro.

Os líderes mundiais reunidos em Nova Iorque adotaram o Pacto para o Futuro, documento que inclui o Pacto Digital Global e a Declaração sobre as Gerações Futuras. O Pacto é o resultado de um processo de anos que, de forma inclusiva, busca adaptar a cooperação internacional às realidades de hoje e aos desafios de amanhã. Esse é o mais amplo acordo internacional em muitos anos, abrangendo áreas totalmente novas, como a inteligência artificial, além de questões sobre as quais não foi possível chegar a um acordo em décadas.

De modo geral, o acordo do Pacto é uma forte declaração do compromisso dos países com as Nações Unidas, o sistema internacional e o direito internacional. Os líderes estabeleceram uma visão clara de um sistema internacional que pode cumprir suas promessas, é mais representativo do mundo atual e faz uso da energia e a experiência dos governos, da sociedade civil e de outros parceiros importantes. O Pacto visa, acima de tudo, garantir que as instituições internacionais possam cumprir suas funções em um mundo que mudou drasticamente desde que elas foram criadas.

As áreas prioritárias são:

- Paz e segurança
- Desenvolvimento sustentável, clima e financiamento para o desenvolvimento
- Cooperação digital
- Juventude e gerações futuras
- Direitos humanos e gênero

Prioridades nacionais

Além da implementação do Plano Plurianual 2024-2027 (PPA), que estabelece a visão de futuro e as prioridades do Governo Federal para o período, em alinhamento integral aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e aos eixos do Marco de Cooperação, o Brasil tem dois grandes desafios previstos para o ano de 2025: conduzir a presidência dos BRICS e realizar a COP30.

A Cúpula dos BRICS está prevista para acontecer em julho, no Rio de Janeiro. Composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul e mais cinco membros permanentes, o grupo é considerado um foro relevante de articulação político-diplomática e tornou-se um espaço de cooperação e concertação dos países do Sul Global com o objetivo de dialogar sobre temas da agenda internacional.

O Brasil estabeleceu duas prioridades para o período de vigência de sua presidência, a cooperação entre países do Sul Global e o avanço de parcerias no âmbito dos BRICS para o desenvolvimento social, econômico e ambiental. Como temas centrais para os debates foram destacados saúde global; comércio, investimentos e finanças; mudança do clima; governança de inteligência artificial; reforma da arquitetura multilateral de paz e segurança; e desenvolvimento institucional.

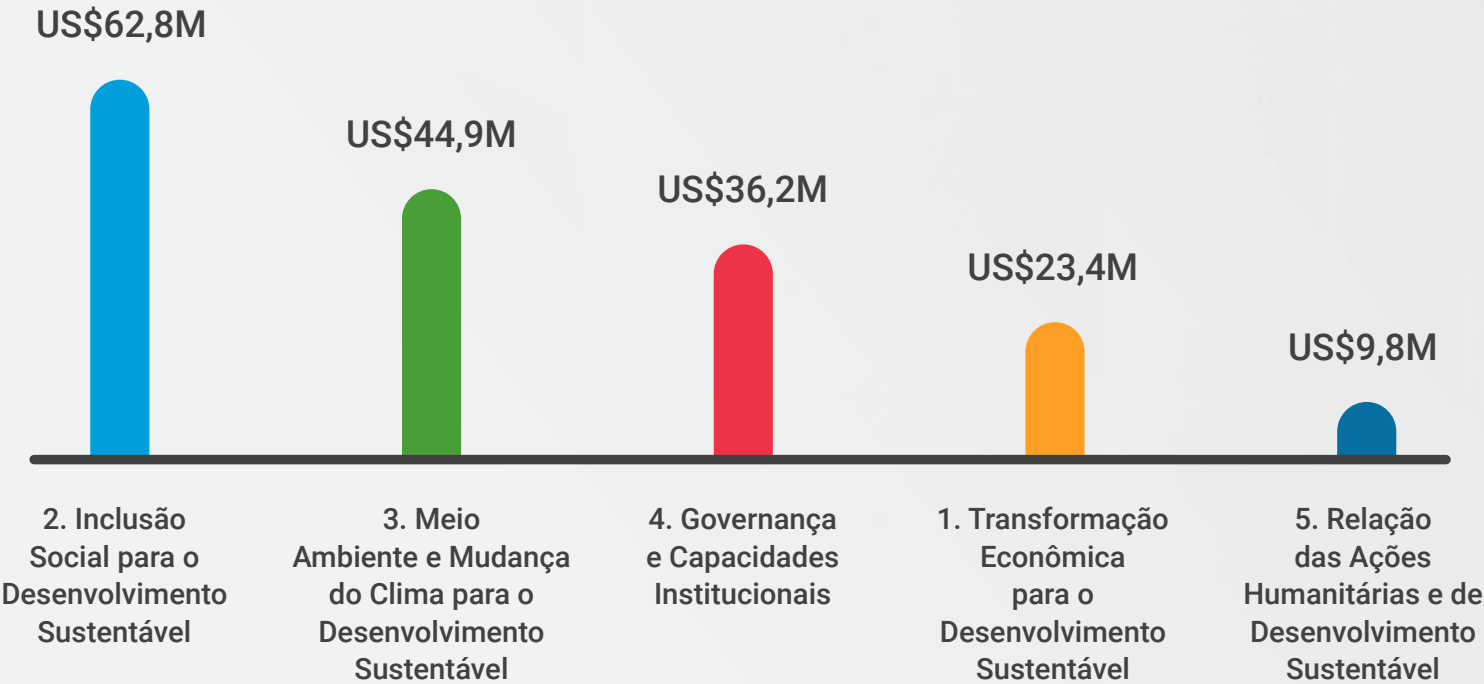
No caso da COP30 os desafios são ainda maiores. O Brasil precisa exercer todo o seu poder de liderança, mobilização e entusiasmo para assegurar um compromisso firme e ambicioso dos países com o financiamento climático, a redução de emissões e a justiça climática. Em um cenário de muitas incertezas, a COP que precisa impelir a ação de todo o mundo torna-se um verdadeiro quebra-cabeça geopolítico.

Para contornar esses e outros obstáculos, a presidência brasileira aproveita o impulso conquistado na Cúpula do G20 em 2024 e vincula os acordos feitos naquele âmbito com as negociações dos BRICS e da COP30. Todo esse processo de negociação culminará com a presença dos líderes mundiais e milhares de pessoas em Belém, no coração da Amazônia, e a pressão para que as vozes dos povos amazônicos sejam ouvidas só cresce.

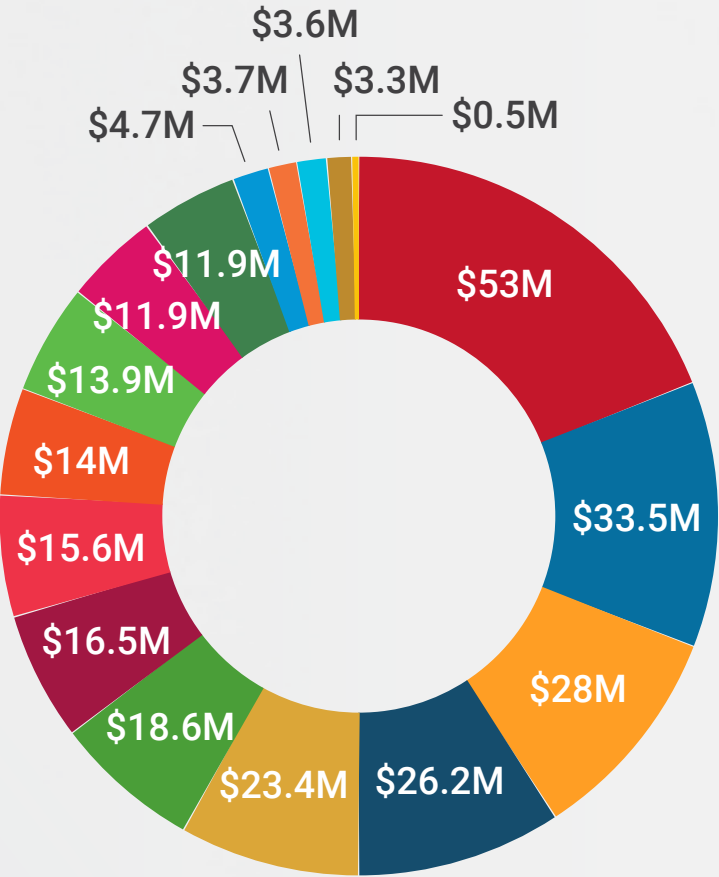
O Sistema das Nações Unidas no Brasil, com suas agências especializadas, fundos e programas, seguirá trabalhando ombro a ombro com o governo brasileiro nesses esforços, inclusive para apoiar a superação dos desafios logísticos já identificados, com respeito aos direitos humanos e sem deixar ninguém para trás.



RECURSOS DISPONÍVEIS
POR EIXO TEMÁTICO



RECURSOS DISPONÍVEIS
POR ODS



- 4 Educação de qualidade
- 16 Paz, justiça e instituições eficazes
- 11 Cidades e comunidades sustentáveis
- 17 Parcerias e meios de implementação
- 2 Fome zero e agricultura sustentável
- 3 Saúde e bem-estar
- 8 Trabalho decente e crescimento econômico
- 1 Erradicação da pobreza
- 5 Igualdade de gênero
- 15 Vida terrestre
- 10 Redução das desigualdades
- 13 Ação contra a mudança global do clima
- 14 Vida na água
- 9 Indústria, inovação e infraestrutura
- 6 Água potável e saneamento
- 12 Consumo e produção sustentáveis
- 7 Energia limpa e acessível

Relatório Anual 2024



NAÇÕES UNIDAS
BRASIL



Contruindo o
Nosso Futuro
Juntos

